

OLISIPO

BOLETIM DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»



ANO V

N.º 20

OUTUBRO - 1942

COMPANHIA DO PAPEL DO PRADO

CAPITAL ACÇÕES-7.000.000\$00 — Sede em LISBOA

Especialidade em papeis para escrever, correspondência e livros comerciais. Impressão, manilhas, etc. Papeis de côres para capas e para embrulho KRAFT e ordinários. Papeis afiches em côr e riscados. Cartolinas. Cartões finos. Cartão-palha. Almagos. Leornes. etc.

Proprietária das Fábricas do PRADO, MARIANAIA, SOBREIRINHO, (TOMAR), PENEDO, CASAL D'ERMIO (LOUZÃ) E VALE MAIOR (ALBERGARIA-A-VELHA

Instalação para uma produção anual de **oito milhões de quilos de papel** dispondo dos maquinismos mais aperfeiçoados para a indústria

Escritórios e Depósitos:

Rua dos Fanqueiros, 270 a 278
LISBOA

Rua Passos Manuel, 49 a 51
PORTO

Endereços Telegráficos: { LISBOA: PAPELPRADO-LISBOA
PORTO: PAPELPRADO-PORTO

Telefones — LISBOA: Direcção 2 3623 / Escritório / 2 2331 / Armazém 2 2332
Estado 183 / PORTO 177

Correio — Apartado Caixa n.º 19

OLISIPO é impresso em papel da «Companhia do Papel do Prado»

Oferta

5. JUN 2006

OUTUBRO DE 1942

N.º 20

OLISIPO

BOLETIM DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

DIRECTOR: GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA, VICE-PRESIDENTE DA DIRECÇÃO

EDITOR: FRANCISCO VALENÇA

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

SEDE: RUA GARRETT, 62, 2.º — TELEFONE 2 5711

COMP. E IMP. NA «EDITORIAL IMPÉRIO, LIMITADA» - R. DO SALITRE, 153 - TELEF. 4 8276 - LISBOA

SUMARIO

- OS PAÇOS DOS DUQUES DE BRAGANÇA EM LISBOA
pelo Eng. *A. Vieira da Silva*
- DO MOSTEIRO DA MADRE-DE-DEUS, EM XABREGAS,
E DE SUA EXCELSA FUNDADORA
por *Mário de Sampaio Ribeiro*
- ARQUIVO GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
por *Fernando Paes de Almeida e Silva.*
- LISBOA NA NUMISMÁTICA E NA MEDALHÍSTICA
pelo Dr. *Eduardo Augusto da Silva Neves*
- VELHAS CASAS DE LISBOA
pelo Dr. *Frederico Gavazzo Perry Vidal*



Todos os artigos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores

ESTE BOLETIM É ENVIADO GRATUITAMENTE A TODOS OS SÓCIOS

Os Paços dos Duques de Bragança em Lisboa

Reconstituição topográfica dum trecho da Lisboa desaparecida

PELO ENG. A. VIEIRA DA SILVA

O local onde vemos o grande edifício da Casa de Bragança que foi o afamado *Hotel Bragança*, na rua Vitor Cordon, e onde hoje funcionam os serviços centrais das Companhias Reunidas Gás e Electricidade, goza de um certo número de condições que certamente o tornaram apetecível desde remotas eras.

Adoptando-o como ponto de referência no estudo que vamos fazer, continuaremos a designar o edifício por *Hotel Bragança*, bem que, como dizemos, tenha actualmente uma aplicação muito diferente.

Ao norte dêle, e separado por um troço da rua Vitor Cordon, acham-se vários grandes prédios modernos contíguos, tornejando desta rua para as de António Maria Cardoso e da Luta; é esse o local onde ficavam situados, como veremos, os *Paços dos Duques de Bragança*.

E a poente destes prédios, do Hotel e dos Paços, entre as ruas do Alecrim e António Maria Cardoso, fica um edifício, com uma esplanada contígua do lado sul, onde está instalada, e funcionou até há poucos anos, uma Fábrica de Cerveja. Designá-lo-emos, com o mesmo intuito de simplificar as referências, simplesmente por *Fábrica de Cerveja*.

Acha-se o edifício do Hotel situado numa pequena elevação de terreno ou colina formada de rocha calcárea, com a cota cêrca de

30 metros, constituindo um pequeno promontório avançando contra o rio Tejo, cujas águas, em épocas muito remotas, lhe banhavam a base, ao longo de uma pequena praia que existiu no sítio da rua do Arsenal, do largo e da rua do Corpo Santo.

Essa colina ou outeiro, do lado sul, por ocasião do terremoto de 1755 ainda se conservava íngreme e alcantilada, e mesmo tão abrupta que em sítios chegava a ser perigosa (1), como claramente mostra uma vista panorâmica de Lisboa que existe no Museu das Janelas Verdes, e de que damos um extracto (estampa 1.^a).

Duas pequenas depressões do terreno, ou espriados vales, la-deiam a colina, as quais são a rua das Flores e a rua Serpa Pinto, depressões que nas suas extremidades meridionais foram muito mais acentuadas do que actualmente.

Antes do cataclismo de 1755, o sítio onde se acha construído o arco grande de S. Paulo constituía um barrocal íngreme, e a comunicação da rua que antecedeu a do Alecrim, com a praia, onde correm as actuais ruas do Corpo Santo e de S. Paulo, fazia-se por uma artéria que vencía o desnível por meio de um trajecto em semi-círculo, a qual constituía a calçada de Cataquefarás (2), e por uma outra rua muito íngreme, segundo um diâmetro dêsse semi-círculo, a calçadinha da Paciência, como se vê em plantas de Lisboa da época do terremoto de 1755.

Na rua chamada das Fontainhas (3), que existia aproximadamente no local da nossa calçada do Ferregial, o declive devia ser ainda mais áspero do que o que possui esta última rua, que já não é pequeno, como se conclui da menor extensão da artéria que ligava então os dois pontos terminais, em níveis muito diferentes.

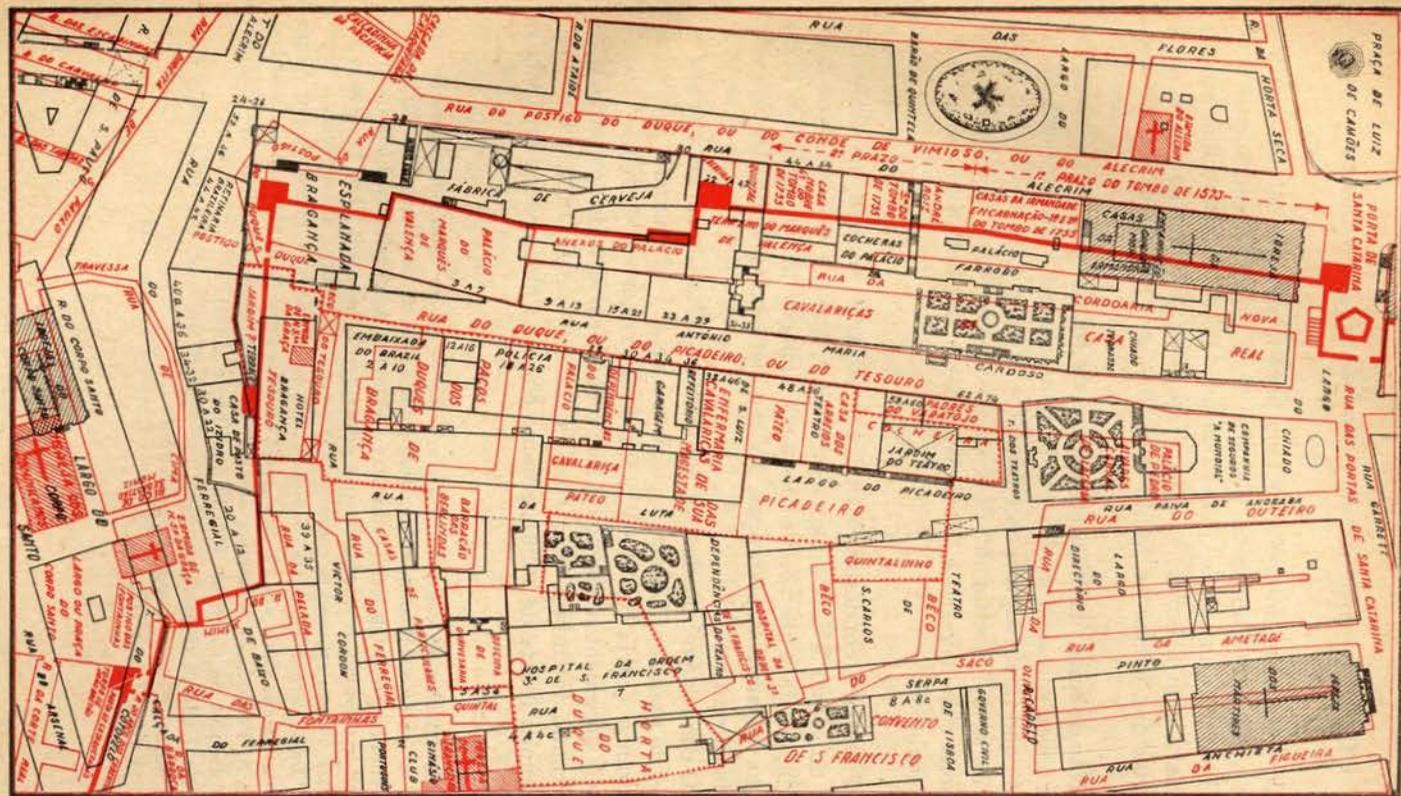
As duas depressões ou vales e o outeiro intermédio esbatem-se ao longo da encosta para o norte, e nivelam-se ao atingirem a altura do nosso largo do Chiado e praça de Luiz de Camões.

Daqui resultava serem desafogadas as vistas que da colina do Hotel Bragança se disfrutavam sôbre o rio e a Outra Banda, e ainda

(1) *Tombo de 1755, Bairro do Remolares*, fl. 75 v.

(2) *Idem, idem*, fl. 80.

(3) *Idem, idem*, fl. 254 v.



MAPA I — Escala 1:2000

PLANTA DA REGIÃO DE LISBOA ONDE ESTAVAM SITUADOS OS PAÇOS DOS DUQUES DE BRAGANÇA

Sobreposta, a vermelho, a planta da mesma região anterior ao terremoto de 1755

sobre parte da margem norte do Tejo para o ocidente. A sua situação tornava-a um tanto abrigada dos ventos do norte, e, conquanto próxima do coração da cidade, gozava de uma relativa tranqüilidade, que contrastava com o bulício dos sítios que lhe ficavam ao norte e ao sul: a rua das portas de Santa Catarina, e a praia dos pescadores.

Não falando da hipotética casa de campo que os pretores ou governadores romanos de Lisboa teriam tido no local do edifício do Hotel, de que falam alguns escritores (⁴), o que é natural é que o sítio, lavado de ares e desafogado de vistas, cedo tivesse atraído a atenção de pessoas com haveres e bom gôsto, para aí construírem uma residência senhoril.

Possuía o condestável D. Nuno Álvares Pereira, no primeiro quartel do século XV, uns paços em Lisboa, que lhe advieram por doação régia, em data que desconhecemos (⁵), paços que êle docu em 1422, com *suas casarias e pertenças*, ao seu neto mais velho, D. Afonso, conde de Ourem (⁶).

O condestável fez doação, também em 1422, de várias terras (⁷), mas não de casas em Lisboa, a outro seu neto, D. Fernando, 2.º Duque de Bragança (carta de 1461), e irmão do conde de Ourém.

Os documentos não nos dizem onde eram situados os paços dados ao conde de Ourém, mas o que se sabe é que D. Jaime, 4.º duque de Bragança (carta de 1496), possuía em 1532 umas casas em Lisboa,

(⁴) Baseiam-se estes no fraco argumento de ter existido, embebida nas paredes do palácio dos duques de Bragança, antes do terremoto de 1755, uma lápida funerária com inscrição romana. — Vejam-se as citações in *Lisboa Antiga*, por Júlio de Castilho, 2.ª parte, *Bairros Orientais*, 2.ª ed., vol. VIII, 1937, pág. 71.

(⁵) Talvez estivessem compreendidos entre as muitas vilas, terras e lugares que João Fernandes Andeiro possuía ao tempo da sua morte, e que foram objecto da doação feita em 20 de Agosto do ano 1385 (era 1423) ao condestável D. Nuno A. Pereira. — *Memórias da Casa de Bragança*, tomo IV, fl. 390 (manuscrito do arquivo da Casa, n.º 463 da numeração geral).

(⁶) *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, por D. António Caetano de Sousa, *Provas*, tomo IV, pág. 22.

(⁷) *Idem*, tomo III, pág. 519.

na freguesia dos *Martes* (Mártires), *que partem com a cordoaria honde eu agora vivo, quando lá estou* (em Lisboa), *com todos seus pumares quintais e eirados e pertenças* (8).

Este mesmo duque já havia ampliado a sua propriedade em 1500 e 1502 com terrenos comprados aos frades de S. Francisco (9), cujo convento e cêrca ficavam separados da colina onde se levanta o edifício do Hotel Bragança pelo córrego do vale por onde passa agora a rua Serpa Pinto.

Nos meados do século XVI havia, na freguesia dos Mártires, dois *postos* (10), que também se chamavam *ruas*, da *Cordoaria*. A *Nova*, que era situada ao longo e no interior do quarteirão de casas entre a rua do Alecrim e a de António Maria Cardoso; e a *Velha*, que ficava situada ao comprido, e no meio do quarteirão de casas, das ruas Anchieta e Ivens. É à *Cordoaria Nova* que se faz referência no documento citado de 1532.

Dêstes escassos e vagos documentos concluimos que desde os fins do século XV a Casa de Bragança possuía neste local, desde o convento de S. Francisco até ao sítio da *Cordoaria Nova*, várias propriedades, as quais, pelos séculos fora, se conservaram na posse da mesma Casa.

É nessa região que estavam situados os paços do Duque de Bragança e as suas vastas dependências, e se eram êsses os paços doados pelo Condestável ao conde de Ourém em 1422, e como foram transferidos em pouco mais de meio século para a posse da Casa de Bragança, e não se tornou mais a falar em paços ou propriedades daquele conde nesse sítio de Lisboa?

Recordaremos que o conde de Ourém D. Afonso, mais tarde 1.º marquês de Valença (carta de 1451), a quem havia sido feita a doação dos paços, tinha um irmão, D. Fernando, 2.º duque de Bragança (o 1.º havia sido o pai, D. Afonso, conde de Barcelos, e filho natural de D. João I); e teve um filho, D. Afonso de Portugal, depois

(8) *História Genealógica, Provas*, tomo IV, pág. 86.

(9) Vejam-se as citações in *Lisboa Antiga*, 2.ª parte, *Bairros Orientais*, 2.ª ed., vol. VIII, pág. 73.

(10) *Summario*, por C. Rodrigues de Oliveira, 3.ª ed., 1938, pág. 15.

bispo de Évora, sobre cuja legitimidade se levantaram dúvidas ⁽¹¹⁾, e foi mesmo contestada.

Por isso, nos termos das cláusulas da doação, passaram os bens do pai de D. Afonso de Portugal, o conde de Ourém, ou parte dêles, para o irmão, duque de Bragança ⁽¹²⁾, entrando assim as propriedades e paços doados pelo Condestável ao seu neto conde de Ourém, na posse da Casa do seu outro neto, o duque de Bragança. As questões que se teriam levantado à volta desta transmissão de posse são fáceis de conceber, porém o seu eco não chegou até nós.

Mas do conde de Ourém, marquês de Valença, descendem os condes de Vimioso (carta de 1516), que já no meado do século XVI possuíam, como veremos, propriedades na rua do Conde (*de Vimioso*), actual rua do Alecrim, e provavelmente também o palácio no sítio da Fábrica de Cerveja ⁽¹³⁾, com frente para a rua António Maria Cardoso, o qual, no meado do século XVIII, pertencia a um dos seus descendentes, D. José Miguel, 9.º conde de Vimioso e 3.º marquês de Valença.

É portanto possível que uma parte dos bens imóveis que constituíam a doação feita ao conde de Ourém fôsse situada no lado ocidental da rua António Maria Cardoso, com frente também para a do Alecrim, e que essa parte tivesse permanecido na posse dos descendentes do neto primogénito do Condestável, D. Afonso conde de Ourém e marquês de Valença, na qual se encontrava ao tempo do terremoto de 1755.

Sobranceiro à barroca que deitava sobre o Corpo Santo, e no outeiro que se esbatia para o norte em direcção à rua das Portas de Santa Catarina, levantava-se, como dissemos, o solar ou paços dos Duques de Bragança em Lisboa, que ocupava aproximadamente o espaço do grande bloco de prédios que têm frentes para as ruas António Maria Cardoso, Vítor Córdon e da Luta.

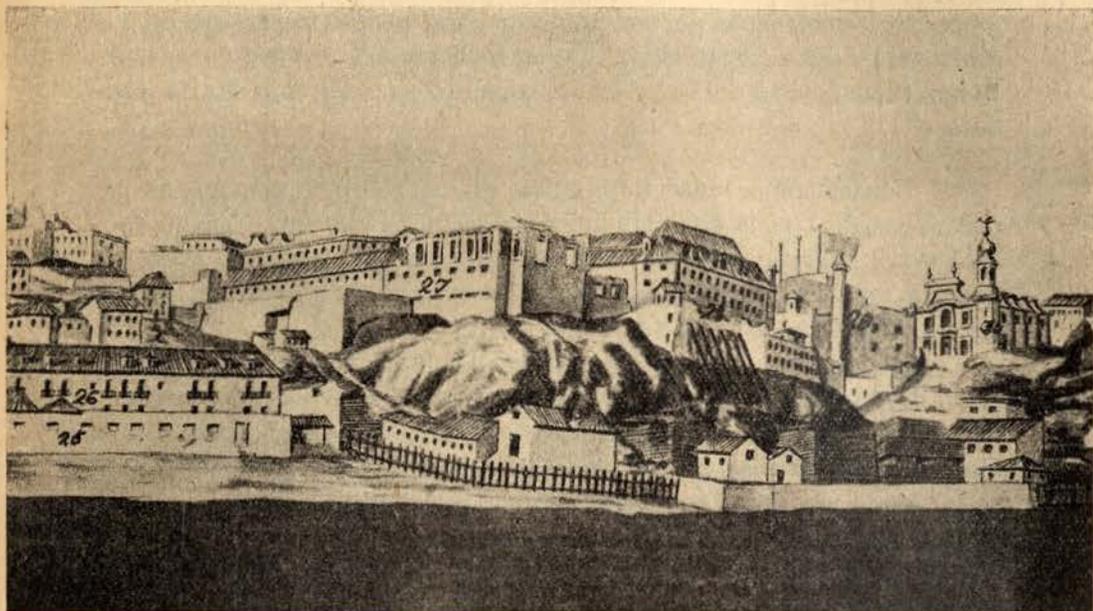
A rua para onde deitava a sua fachada principal chamava-se,

⁽¹¹⁾ *História Genealógica*, tomo X, pág. 533.

⁽¹²⁾ *Idem*, tomo V, pág. 101. — *Idem*, tomo X, pág. 516.

⁽¹³⁾ *Tombo de 1755, Bairro do Remolares*, fl. 95.

no meado do século XVI, rua do Duque (14). Mais tarde passou a ser rua do Picadeiro das Portas de Santa Catarina, ou simplesmente do Picadeiro, ou do Paço do Duque (15), ou rua do Tesouro, tendo-lhe



Estampa 1.^a

VISTA DOS PAÇOS DO DUQUE DE BRAGANÇA (28) E DAS RUINAS DO PALÁCIO DO MARQUÊS DE VALENÇA (27)

À direita vê-se a desaparecida igreja dos Mártires (30) e as ruínas do convento de S. Francisco (29)

Extracto de uma vista aguarelada, de autor desconhecido, que representa o panorama de Lisboa tirado do Tejo, pouco depois do terremoto de 1755. Do Museu das Janelas Verdes.

(14) *Summario*, por C. R. de Oliveira, ed. de 1755, pág. 19. — *Tratado da Majestade, Grandeza e Abastança da Cidade de Lisboa*, por João Brandão, Lisboa, 1923, pág. 229.

(15) *Corografia Portuguesa*, pelo P.^o A. Carvalho da Costa, tomo III, 1712, pág. 454. Como esta denominação e a anterior eram usadas simultaneamente, é possível que a rua do Picadeiro fôsse a metade norte da rua, e a do Paço do Duque fôsse a meridional. — Veja-se também *Mappa de Portugal*, pelo P.^o J. Baptista de Castro, tomo III, ed. de 1763, pág. 379.

advindo esta última denominação depois da restauração de 1640, pelo facto de para o palácio haver sido transferida uma parte dos bens móveis que constituíam o património artístico e rico da Casa de Bragança.

Posteriormente ao terremoto de 1755 passou a ser rua do Tesouro (em 1770) ⁽¹⁶⁾, ou *sítio* ⁽¹⁷⁾, ou *travessa* ⁽¹⁸⁾, ou *rua do Tesouro Velho* (depois de 1786) ⁽¹⁹⁾, e actualmente rua António Maria Cardoso ⁽²⁰⁾.

Conservam-se duas iluminuras em pergaminho com vistas panorâmicas de Lisboa dos princípios do século XVI: uma está na *Crónica de D. Afonso Henriques* por Duarte Galvão (estampa 2.^a), e a outra é uma das fôlhas da *Árvore Genealógica da Casa Real Portuguesa*, por Simão Beninc (estampa 3.^a).

Ambas têm desenhado um edifício apalaçado, no meio do casario do monte sobranceiro ao palácio real da Ribeira. Êsse edifício, que não está representado idênticamente nas duas vistas, mostra dois andares, com janelas geminadas, e um jardim na frente sul, o qual se prolonga um tanto ao longo da fachada oriental. Com tôda a verosimilhança êsse edifício pretende representar os paços do Duque de Bragança, e a rua que se vê à esquerda deve ser a antiga rua do Pica-deiro, antecessora da actual rua António Maria Cardoso.

Assente que os paços dos Duques de Bragança com as suas dependências e terrenos anexos eram situados na colina ou outeiro que

⁽¹⁶⁾ *Planta da Freguesia de N. S.^a dos Mártires*, pelo sargento-mor José Monteiro de Carvalho, no *Livro das Plantas das Freguesias de Lisboa*, que se guarda na *Casa dos Tratados*, no Arquivo da Tôrre do Tombo. — A mesma denominação abrangia também a actual rua Vítor Córdon.

⁽¹⁷⁾ *Regulação para o Estabelecimento da Pequena Posta em Lisboa*; ano 1801, pág. 70.

⁽¹⁸⁾ *Itinerário Lisbonense*, Lisboa, 1804, pág. 90.

⁽¹⁹⁾ *Lisboa de lés-a-lés*, por Luiz Pastor de Macedo, vol. I, 1940, pág. 119. — *Roteiro das Ruas de Lisboa*, por E. O. P. Queiroz Vellozo, ed. de 1864, pág. 105, etc.

⁽²⁰⁾ Deliberação em sessão da Câmara Municipal, de 6 de Fevereiro de 1890. — Edital da mesma data.

temos descrito, vamos tentar circunscrever, na planta actual da cidade, a área que as ditas propriedades ocupavam.

Para isso, tomando como base a planta de Lisboa na escala 1:1000, tivemos o trabalho de desenhar, reduzidas à mesma escala, várias plantas antigas de Lisboa, sobrepondo-as e ageitando-as, com as referências colhidas nas mesmas e nos *Tombos*, afim de reconstituir sobre a primeira das mencionadas plantas, a topografia antiga do local (mapa I).

Essas plantas foram as seguintes:

a) Planta de Lisboa, levantada em 1650 por João Nunes Tinoco. Está desenhada na escala original de 1:2600 aproximadamente, mas tão deformada que não é possível sobrepô-la à planta actual da cidade senão em trechos muito restritos. Dá-nos, porém, algumas referências para a reconstituição do traçado dos lanços da muralha defensiva, chamada cêrca de D. Fernando, construída de 1373 a 75, e que por aqueles sítios passava.

b) Planta da parte mais arruinada de Lisboa pelo terremoto de 1755, tendo sobreposto o projecto de reedificação da cidade, devido aos architectos Eugénio dos Santos e Carvalho, e Carlos Mardel⁽²¹⁾. Está desenhada na escala aproximadamente 1:1575, e é a melhor planta anterior a 1755 que conhecemos, se bem que não esteja exacta, e o projecto de reconstrução não corresponda em todos os pontos ao que se executou.

c) Planta da cidade de Lisboa em 1807, litografada em 1831 na escala 1:5000, e devida ao capitão-engenheiro Duarte José Fava.

d) Planta que parece ter servido para a abertura, por 1842, da rua do Duque de Bragança, entre o largo do Picadeiro e a rua Vítor Cordon⁽²²⁾. É feita na escala original 1:1050, e apesar de ser recente, não pode sobrepor-se exactamente à planta actual desta parte da cidade.

(21) Guarda-se no arquivo do Instituto Geográfico e Cadastral.

(22) *Planta relativa às Construções do Tesouro Velho*, da *Colecção de Plantas Várias*; assinada pelo Ajudante Architecto das Obras Públicas José da Costa Sequeira. — Guarda-se no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças.

e) Vários trechos topográficos que possuímos na nossa colecção, e que nos forneceram uma ou outra indicação.

Além destes documentos gráficos, recorreremos ao *Tombo de 1573* ⁽²³⁾, e ao *Tombo de 1755* ⁽²⁴⁾, *Bairro do Remolares* e *Bairro Alto*, freguesias de *S. Paulo*, dos *Mártires* e da *Encarnação*, os quais, bem que confusos ambos em muitas partes nas descrições e medições das propriedades, e deficientes, e mesmo errado o segundo, em outras, nos prestaram relevante auxílio nesta reconstituição topográfica.

Não entraremos em pormenores das medições com que realizámos esta reconstituição, que foi feita com a maior exactidão compatível com os elementos de que nos servimos, e vamos mencionar as conclusões a que chegámos, como constam da planta que acompanha este trabalho (mapa I).

Vemos que as propriedades da Casa de Bragança neste sítio, por ocasião do terremoto de 1755, confrontavam do norte com um prédio da Casa Real e com casas de particulares, sitas nas ruas do Tesouro e do Outeiro; do nascente com propriedades de particulares, casas e quintais da rua do Saco, e com o edifício do convento de S. Francisco; do sul com casas de particulares da rua do Ferregial (de 1755), e com quintais de casas da rua de Cima; e do poente com a rua do Picadeiro ou do Tesouro.

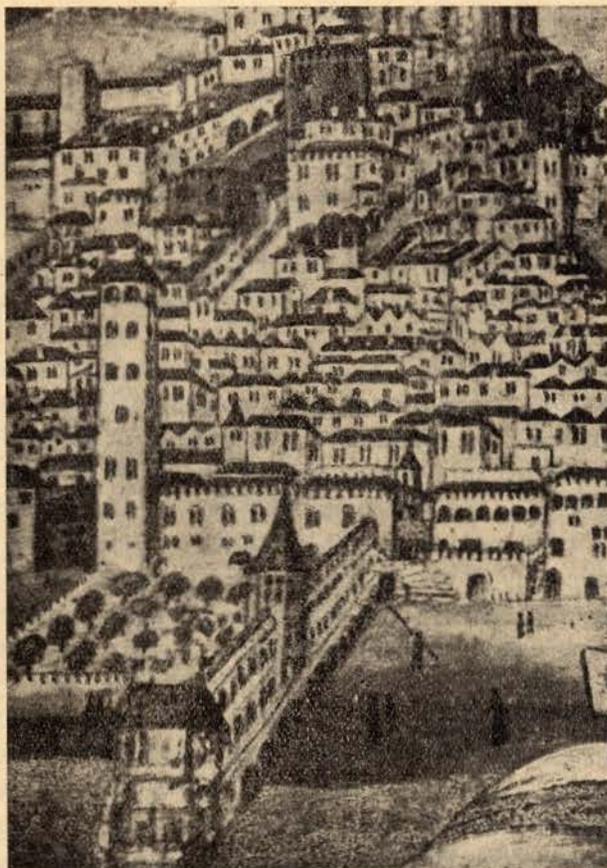
No *Tombo de 1755* estão descritas e medidas as *Casas de S. Magestade pertencentes ao serviço da Sereníssima Casa de Bragança* ⁽²⁵⁾, sitas no lado oriental da rua do Picadeiro ou do Tesouro, pela ordem seguinte, a começar do norte (veja-se o nosso mapa I):

a) Uma cocheira, por trás do hospital dos Religiosos do Varatojo, o qual ficava à face da rua, e pertencia à Casa Real;

⁽²³⁾ Assim chamaremos, por simplicidade, o *Livro primeiro de tomo das propriedades foreiras á Camara desta muy insigne cidade de Lisboa, Collegidas e relatadas pº Licenciado Luis Lourêço Juiz do dito tomo p prouisão delRey N. snor. 1573.* — No Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa.

⁽²⁴⁾ *Tombo da Cidade de Lisboa*, mandado organizar em virtude do decreto de 29 de Novembro de 1755, e que se guarda no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

⁽²⁵⁾ *Bairro do Remolares*, fls. 93 a 95.



Estampa 2.ª

PALÁCIOS DOS DUQUES DE BRAGANÇA E DO MARQUÊS DE VALENÇA NO
PRIMEIRO QUARTEL DO SÉCULO XVI

Os paços dos Duque de Bragança vêem-se ao meio da estampa, por baixo de um edifício escuro; à sua frente e do lado direito estão os jardins do palácio, e do lado esquerdo a rua do Picadeiro.

O palácio do marquês de Valença é o que fica à esquerda, contíguo a uma torre, porventura a torre das casas do conde de Vimioso; à frente dêle vê-se um edifício baixo coroadado com ameias, que talvez seja a torre do canto sudoeste da cerca de D. Fernando.

Extracto da vista panorâmica de Lisboa da «Cronica delRey dom affonso hamrriques», por Duarte Galvão, existente na biblioteca do Museu Castro Guimarães, em Cascais.

b) Uma casa dos arreios, com lojas, 1.º e 2.º andares e águas furtadas;

c) Um pátio;

d) Um picadeiro correndo por trás do pátio e das outras casas já mencionadas. Este picadeiro ocupava o leito do actual largo do Picadeiro, ao qual deu o nome, assim como à rua onde estavam situados todos estes prédios da casa ducal;

e) Uma enfermaria das cavaliças de Sua Majestade ⁽²⁶⁾;

f) Várias dependências do palácio constantes de casas, de uma cavaliça, e de um pátio;

g) O palácio da Casa de Bragança, que, segundo a descrição do *Tombo*, tinha lojas com sótãos (*sôbrelojas*) e dois andares mais, e partia totalmente sôbre si, com paredes próprias por todos os lados. As plantas mostram ainda que possuía um pátio interior, com dois portões de acesso, pelo menos; um ficava na rua do Picadeiro, e o outro na rua que passava ao sul do edifício.

Os mapas não são concordes nem suficientemente explícitos, e os elementos do *Tombo* são excessivamente confusos, para se poder definir topograficamente, com exactidão, a situação e dimensões do palácio.

Mas do estudo comparativo das plantas, a que procedemos, fomos levados a concluir que o palácio chegava até à rua sem nome, que comunicava a rua do Picadeiro, ao sul, com a do Ferregial (de 1755). (Veja-se a planta). Essa pequena rua, que correspondia aproximadamente em direcção, mas não em largura, ao trôço ocidental da nossa rua Vítor Córdon, tinha uma passagem coberta, ou arco, em cada extremidade; a do lado ocidental, à face com a rua do Picadeiro, chamava-se Arco do Tesouro; a do lado oriental teve, da banda de dentro, durante muitos anos, um painel com a imagem de N. S.^a da Graça, que dali se transferiu para outro local ⁽²⁷⁾.

As medidas do *Tombo* dão para a fachada ocidental do palácio, sôbre a rua do Picadeiro, até ao arco do Tesouro, 58^m,18 (52 varas e

⁽²⁶⁾ Numa planta do local, da época do terremoto, que possuímos, está esta dependência designada com a rúbrica: *Enfermaria da família*.

⁽²⁷⁾ *Demonstração Histórica*, por frei A. da Conceição, 1750, pág. 286.

4,9 palmos), e de fundo 38^m,9 (85 varas e 1,9 palmos) nos dois extremos, e 44^m (40 varas) ao meio. Mas a fachada ainda continuava para o sul, diz o *Tombo*, *avançando o cunhal direito do frontespicio porpendente* (com jorramento?) *para fora, sôbre dois gnomos rectangulares vulgarmente chamados cantos* (correspondem, segundo parece, ao que hoje chamamos cunhais). As dimensões dêsses *cantos* eram: as do 1.º: 8^m,58 de frente × 5^m,94 de fundo; as do 2.º: 6^m,71 de frente × 4^m,10, e com essas medidas os marcámos no nosso mapa I (28).

Acabava aí a rua do Picadeiro, como se deduz da medida do comprimento que lhe dá o *Tombo* (29), 306^m,35 (278,5 varas), a qual coïncide com a da citada planta de reconstrução da cidade.

No lado *austral* (sul, do palácio) *corria um pequeno jardim estreito, segundo a figura do resto irregular da montanha que sustenta este edificio, que vem a ser uma paralela à dita frente pelo espaço de 15 varas e 8/10 (17^m,4) sôbre 5 varas, 8 palmos e 6/10 (7^m,4), e a outra anteparalela, ou formando um ângulo mui agudo com esta frente, sôbre um comprimento de 23 varas (25^m,3) (30). Marcámos no mapa a situação onde suposemos que seria o jardim, ao sul do local do edificio do Hotel.*

Ao palácio ficava contíguo, da banda do nascente, o último prédio do lado norte da rua do Ferregial (31).

Segundo parece inferir-se de algumas vistas antigas, e especialmente da que mostra as ruínas da cidade em 1755, que está no Museu das Janelas Verdes (estampa 1.^a), havia nos dois extremos da guarda ou cortina do jardim, à frente do palácio, dois pequenos edi-

(28) A palavra *canto* tem-se obliterado, na linguagem corrente, a significação de *cunhal* ou *esquina*, e emprega-se geralmente com o sentido que hoje damos a *engra* ou *recanto*; todavia os operários dizem ainda fazer o *canto* a uma pedra ou tábua, na acepção de fazer-lhe uma quina ou aresta viva rectilínea (em esquadria, a 90°). — O *Tombo de 1755* (*Bairro do Remolares*, fl. 245) usa a palavra *agnomo* como antítese de *gnomo*, com o mesmo sentido que vulgarmente damos actualmente a *engra* ou *canto*.

(29) *Tombo de 1755*, *Bairro do Remolares*, fl. 89. — Foi-nos impossível conciliar completamente as medições do *Tombo* com as das plantas, e em especial as do palácio são tão confusas que difficilmente se poderão interpretar com exactidão.

(30) *Tombo de 1755*, *Bairro do Remolares*, fl. 94 v.

(31) *Idem*, *idem*, fl. 245.

fícios rectangulares, a que o *Tombo de 1755* não faz referência, e que parecem ser uns pavilhões ou mirantes.

Não nos diz o *Tombo* neste sítio, que ao sul do palácio ficava o edifício do *Tesouro*, mas menciona-o noutro ponto ⁽³²⁾, ao tratar da *travessa encostada às casas do Thesouro*, entre a rua da Pelada e a do Ferregial, edifício que devia ficar contíguo ao pequeno jardim e ser de pequena altura, deixando desafrentadas as vistas das janelas do palácio.

O tesouro que deu o nome ao edifício e à rua consistia, como dissemos, nas preciosidades da Casa ducal, móveis, peças de ouro e prata, *de admirável grandeza e artificio*, diamantes, tapeçarias, tecidos e brocados, e todo o género de *brincos preciosos*, que se guardavam em diferentes salas e guarda-roupas ⁽³³⁾.

Na planta actual da cidade, o Tesouro e o Jardim ficariam situados, segundo presumimos, onde se erigiu o edifício do Hotel Bragança, e no local do estreito terraço que êste tem do lado sul.

Neste mesmo sítio havia ainda uma ermida de N. S.^a da Graça, que localizámos no nosso mapa no lado sul da serventia por baixo do Arco do Tesouro, conforme uma planta antiga que possuímos ⁽³⁴⁾.

Ainda existia em 1801, chamando-se então (ou também) ermida da Senhora da Conceição (*ao Arco do Tesouro Velho*) ⁽³⁵⁾.

O palácio possuía um pomar, *horta do Duque* ⁽³⁶⁾, de que o *Tombo* não fala, no sítio marcado na nossa planta I, com um corredor de serventia para a rua do Tesouro, e outra porta ao fundo da

⁽³²⁾ *Tombo de 1755, Bairro do Remolares*, fl. 246.

⁽³³⁾ *Nele se mostravam tôdas as galas dos príncipes da Europa, librés, fardas, com todo o precioso feitio e costumes de que usavam; até a mesma Cadeira Pontificia e o Estado do Grão-turco, tudo mandado fazer pelo rei (D. João V) de ouro.* — *Memórias curiosas...* ed. de A Feira da Ladra, Lisboa, 1939, pág. 23.

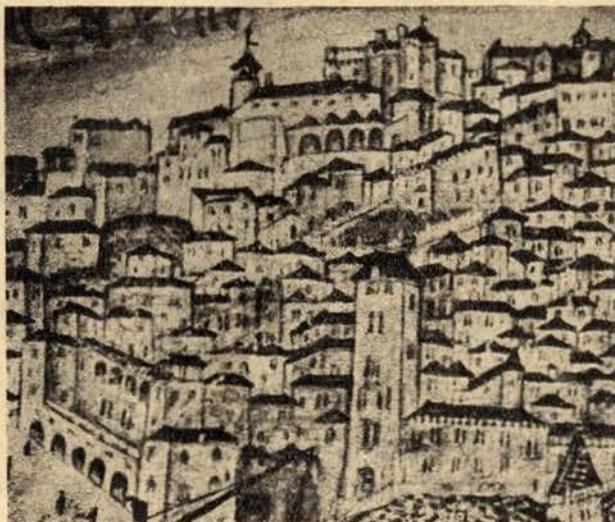
⁽³⁴⁾ A respeito desta ermida pode consultar-se: *Lisboa Antiga*, 2.^a parte, *Bairros Orientais*, 2.^a ed., vol. VIII, 1937, pág. 97.

⁽³⁵⁾ *Regulamento para o estabelecimento da pequena posta de Lisboa...* 1801, pág. 67.

⁽³⁶⁾ Era em 1551 um *pôsto* da freguesia dos Mártires. — *Summario, etc.*, por C. R. de Oliveira, 2.^a ed., 1755, pág. 20.

rua do Saco. Esta horta é mencionada num documento de 1500, a propósito da compra de um terreno aos frades de S. Francisco ⁽³⁷⁾, e durou até ao terremoto de 1755.

No recinto da horta mostra o mapa I um edifício rectangular,



Estampa 3.^a

PALÁCIO DOS DUQUES DE BRAGANÇA NO 1.º QUARTEL DO SÉCULO XVI,
SEGUNDO SIMÃO BENINC

O palácio com o seu jardim vê-se por cima da alta tórre do primeiro plano da estampa; à sua esquerda está a rua do Picadeiro.

Extracto da vista panorâmica de Lisboa constante de uma das fôlhas da «Arvore Genealógica da Casa Real Portuguesa», por Simão Beninc, existente no British Museum, de Londres

que era um barracão de madeira onde em 1755 se guardavam berlindas ricas que tinham vindo de fora para o serviço da Casa Real.

E no mesmo recinto, confinando com a *capela-mor da igreja de*

⁽³⁷⁾ Vejam-se as citações in *Lisboa Antiga*, 2.ª parte, *Bairros Orientais*, 2.ª ed., vol. VIII, pág. 75.

S. Francisco (ou antes, dela separado pelo quintal dum particular), estava nessa ocasião funcionando, sob a vigilância de uma guarda de soldados, uma oficina de ourivesaria do Paço (38).

O terreno para sul do edifício do Tesouro era alcantilado, e caía sôbre a praia, no sítio onde se formou a rua Direita de Cataquefarás (39), mais tarde rua Direita de S. Paulo (40), e actualmente largo e rua do Corpo Santo.

A meia encosta havia um socalco onde corria uma rua, chamada de Cima, cujos extremos se comunicavam com a rua Direita de S. Paulo por duas artérias, que deviam ser muitíssimo íngremes; a ocidental era uma *travessa* sem nome, e a oriental era o bêco de Sebastião Moniz (41). Tôdas estas vias públicas tinham uma largura que variava de 2^m a 2^m,75, e a rua de Cima passava em parte do leito da actual rua do Ferregial de Baixo (que então não existia), tendo desaparecido, bem como as outras duas, posteriormente ao terremoto de 1755.

Perto das propriedades mencionadas havia, no 3.º quartel do século XVI, um extenso edifício, ao longo da rua do Picadeiro, do lado

(38) Na ocasião do terremoto estava-se fabricando nessa oficina uma riquíssima custódia para o Santíssimo Sacramento, que tinha mandado fazer o sr. rei D. João V tôda de ouro, diamantes e outras preciosíssimas pedras, e acabada esta rara e singular obra em que se labora há sete anos (desde 1748), e delineada pelo insigne ourives português Pedro da Silva, será a admiração e o assombro de todos. Como o fogo do incêndio de 1755 não chegou a destruir a casa, continuou-se nela a trabalhar a referida joia. — *História Olisiponense do grande terremoto, e incendio successivo do anno de 1755; por um anonimo*, escrita em Dezembro de 1755. — Ms. pertencente ao autor. — A feitura desta peça refere-se um documento de 1748, publicado in *Boletim da Academia Nacional de Belas Artes*, vol. II, Documentos, 1936, pág. 5. — Ficou concluída em 1760 — *Idem*, pág. 6. — Faz parte, actualmente, do *Tesouro da Sé*.

(39) *Summario*, etc., por C. Rodrigues de Oliveira, 2.ª ed., 1755, pág. 19.

(40) *Tombo de 1755, Bairro do Remolares*, fl. 37. — Este trôço de rua, desde o largo do Remolares até ao do Côrte Real, também se chamava rua Direita de Corpo Santo. — *Idem*.

(41) *Tombo de 1755, Bairro do Remolares*, fls. 71 v., 79 e 71.

ocidental, que era uma Cordoaria, onde se fabricava cordame para larcos (42) (estampa 4.^a).

O edificio, chamado já no meado do século XVI Cordoaria Nova, parece que ficava isolado por todos os lados, entre a rua do Picadeiro e outra paralela que designavam pelo nome daquele edificio, a qual, na actual Lisboa, ficaria situada, como dissemos, ao longo e pelo meio do quarteirão de prédios das ruas António Maria Cardoso e do Alecrim, desde o largo do Chiado até cerca de metade da extensão da primeira destas ruas.

Este comprido edificio, que servia em 1755 de cavalariça da Casa Real (43), media $214^m,7 \times 13^m,6$, estendia-se por cerca de dois terços da rua do Picadeiro, e chegava até ao palácio do marquês de Valença, que começava onde a linha da fachada dos prédios do lado occidental da rua forma um ângulo obtuso saliente.

Em várias épocas fizeram-se obras no palácio ducal, o que certamente lhe modificou o aspecto, mas não tanto como a fantasia dos desenhadores, que, em gravuras e em quadros, o representaram nas vistas panorâmicas que fizeram da cidade. Não há duas perfeitamente idênticas, ainda que do mesmo tempo!

As obras de maior importância, cujo eco chegou até nós, foram as realizadas no tempo dos reis D. João III e D. João V, o último dos quais *fabricou de novo* (o palácio) *com mais larga extensão ao moderno* (44).

Vamos mencionar as estampas ou quadros em que, depois dessas obras, o palácio está representado, com maior ou menor incor-

(42) N.º 22. *Locus vbi rudentes nauium cõficiuntur vulgò Cordoarianoua.* — na vista *Olisippo*, do *Theatrum Urbium*, por Jorge Bráunio, 1593.

(43) *Tombo de 1755, Bairro do Remolares*, fl. 86 v. — Em 1650 a planta de J. Nunes Tinoco indica-o com a rúbrica *Estrebarias d'El-Rei*. — Diz-nos a *História Genealógica* (tomo X, pág. 774), que uma parte do edificio havia sido doada pelo 6.º conde de Vimioso, D. Miguel de Portugal, à rainha D. Maria Francisca, mulher de D. Pedro II, para construção das *Cavalhariças da Rainha sua Ama*.

(44) *História Genealógica*, tomo VIII, pág. 262. — *Demonstração Histórica*, por frei A. da Conceição, 1750, pág. 432.

recção, apontando as suas características e divergências, e as verosimilhanças de exactidão.

a) A vista *Olissippo* do *Theatrum Urbium*, 5.º volume (1593), por Jorge Braúnio (estampa 4.ª), mostra o *Pala Ducis de Graganca* entre muitos edifícios incharacterísticos da cidade.

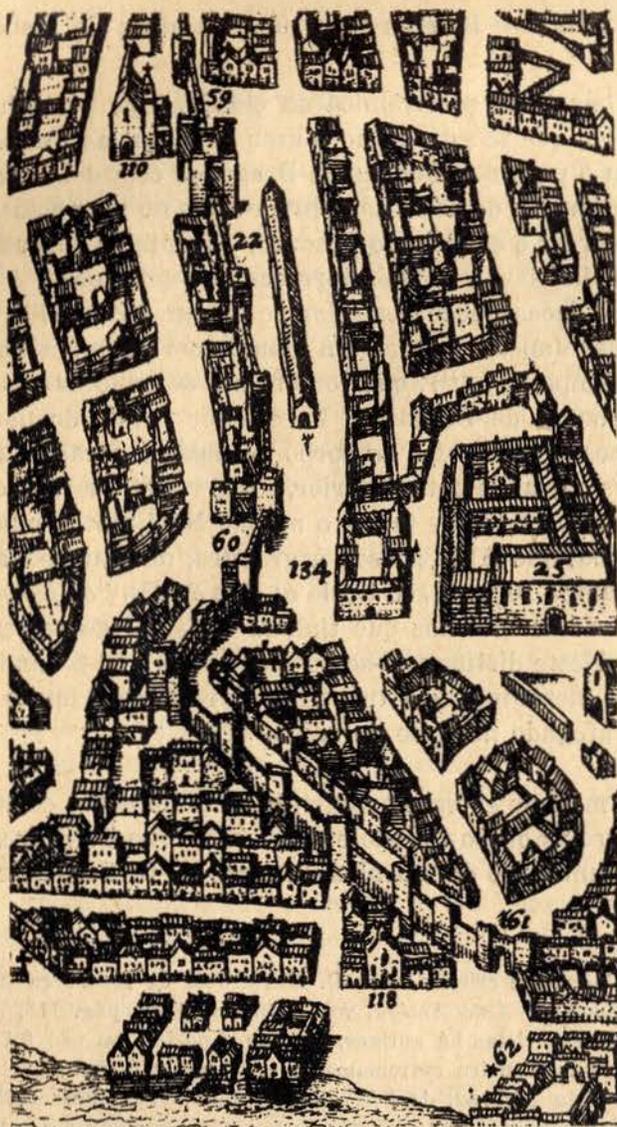
b) A vista panorâmica de Lisboa do quadro a óleo do governo francês, existente na igreja de S. Luiz (1.ª metade do século XVII, estampa 5.ª), mostra muito confusamente o paço ducal, que parece ficar situado inferiormente a um edifício alto, que deve ser a igreja do Loreto. A casa ao lado dos paços, com uma torre que se projecta no céu, deve ser o palácio do marquês de Valença. O edifício do paço também parece ter uma torre no cunhal direito, e à sua frente divisa-se vagamente um jardim.

c) No outro quadro a óleo com a vista panorâmica da cidade, que está na Academia de Belas Artes (2.º quartel do século XVII) (estampa 6.ª), e que tem por assunto a partida de S. Francisco Xavier para a Índia, vê-se o paço representado com 13 janelas de sacada na fachada sul, que é a que está na sombra, no andar nobre, com outros tantos mezaninos e janelas nas sôbrelojas; da fachada ocidental, iluminada, apenas se veem duas janelas. À sua esquerda está o grande palácio do marquês de Valença.

d) No frontispício da colecção de vistas de Lisboa por Dirk Stoop (1662) (estampa 7.ª) ⁽⁴⁵⁾, vê-se a frontaria do palácio formada por 5 corpos, com dois andares, lojas e sôbrelojas, tendo cada um dos dois andares 11 janelas de sacada. O edifício do Tesouro não se acha nitidamente desenhado, a não ser que lhe pertençam as janelas que parecem as das lojas e sôbrelojas.

e) A estampa que representa a cidade de Lisboa, da obra: *Viaje de Cosme de Medicis por España y Portugal* (1669) (estampa 8.ª), mostra o palácio com 11 janelas de sacada no 1.º e 2.º andares, e outras tantas portas e janelas nas lojas e sôbrelojas. O edifício está deslocado para nascente, e tem à sua frente uma muralha terminada por dois pavilhões.

(45) Tem por título: *A Illust.*** S.ª D. Catharina Rainha da Gran Bretanha.* — D. V. C. — R. Stoop — 1662.



Estampa 4.ª

VISTA DOS PAÇOS DOS DUQUES DE BRAGANÇA NO ÚLTIMO QUARTEL DO
SÉCULO XVI, SEGUNDO JORGE BRÁUNIO

Da vista «Olisippo quæ nunc Lisboa...» da obra «Urbium præcipuarum mundi
theatrum quintum».

f) Uma vista panorâmica da cidade, logo posterior ao terremoto de 1755, que se guarda no Museu das Janelas Verdes (estampa 1.^a), mostra o paço dos Duques de Bragança com dois andares, tendo cada um 11 janelas de peito na frente e duas no tópo ocidental, e mais 6 ou 7 trapeiras; o edifício do Tesouro, à frente da fachada, tem duas ordens de 9 janelas, e os dois torreões nos extremos.

g) De época pouco posterior ao terremoto de 1755 conserva-se no Museu das Janelas Verdes um album com desenhos de J. A. Noel (1780) (estampa 9.^a) (⁴⁶), que contém um desenho das ruínas do Palácio dos Duques de Bragança. Parece ser tirado do nascente para poente, e mostrar o tardo do corpo do palácio paralelo ao Tejo, que deitava para o grande pátio interior, e que resistiu ao terremoto.

h) Um pouco mais tarde, o mesmo Noel pintou uma vista parcial de Lisboa, que Allix passou à gravura, dedicando-a ao duque de Lafões (estampa 10.^a). O seu título é: *Vue du Port de Lisbonne*, e contém, entre vários edifícios que tinham resistido ao terremoto, o palácio ducal. Neste distinguem-se 10 janelas no 1.^o e 2.^o andares, sobrepujadas por mezaninos, e 7 trapeiras. O resto está muito confuso na gravura, e afogado no meio de ruínas (⁴⁷).

Pelo meio do extenso quarteirão de prédios que começa no largo das Duas Igrejas ou do Chiado e chega até à rua do Ferregial de Baixo, passava um lanço da muralha da cêrca de D. Fernando (1373-75),

(⁴⁶) Descrito e criticado por D. Maria José de Mendonça in *Boletim dos Museus Nacionais de Arte Antiga*, vol. I, Lisboa, 1939, pág. 115.

(⁴⁷) Outras vistas há antigas, em que o palácio ou não foi representado, ou apenas de uma maneira extremamente confusa. Tais são:

a) A vista *Lisbona*, do *Theatrum Urbium*, 1.^o volume (1572), de Jorge Bráunio, não contém qualquer edifício que possa presumivelmente ser identificado com os paços dos Duques de Bragança;

b) A gravura *Desembarcacion de Sv M. en Lisboa* (1622), por Domingos Vieira, não mostra qualquer edifício que lembre os paços do Duque;

c) O desenho do silhar de azulejos do Museu das Janelas Verdes (1734?) (estampa 11.^a) parece não conter o palácio, se não é um edifício completamente desfigurado, com duas janelas de sacada geminadas no andar nobre, sem 2.^o andar, e com 6 janelas de peito nas sobrelojas.

completamente desaparecido, ou cujos vestígios não é possível identificar.

Por isso, pretendendo reconstituir o seu traçado, não o pudemos fazer senão conjecturalmente, recorrendo à planta de Lisboa de João Nunes Tinoco (1650), que é o único documento gráfico em que êle se acha marcado, e às medições das casas tiradas dos *Tombo de 1573* e de *1755 (Bairro Alto)*.

No largo, em cima, existiu a porta fortalezada de Santa Catarina, que tão bem e irrefutavelmente foi descrita pelo illustre investigador olisiponense e nosso amigo Gustavo de Matos Sequeira no seu belo trabalho sobre *O Carmo e a Trindade* (48). A porta começou a ser demolida em fins de Dezembro de 1705 (49), quando se estava construindo a igreja da Encarnação.

Dessa porta, onde terminava a rua das Portas de Santa Catarina, nascia para o norte a rua de S. Roque; para o poente a rua do Loreto; e para o sul a rua do Alecrim.

Esta última rua não teve, de princípio denominação própria, e designava-se pela perífrase: rua que vai de N. S.^a do Loreto para o Postigo do Duque (50).

Êste postigo era uma das portas da cêrca de D. Fernando, no tôpo inferior da rua do Picadeiro ou do Tesouro, por onde se saía da cidade para a calçada de Cataquefarás e para o caminho que levava à porta de Santa Catarina. Aquela denominação simplificou-se, e durante algum tempo passou a rua a denominar-se, segundo parece, rua do Postigo do Duque (51). Mais tarde, depois de o conde de Vimioso ter ali casas ou moradia, esta denominação passou a restringir-se ao trôço da artéria que começava no postigo e terminava no tôpo inferior

(48) No capítulo XVIII do 1.º volume, pág. 307.

(49) *Lisboa Antiga*, 1.ª parte, *O Bairro Alto*, 2.ª ed., vol. II, 1907, pág. 62.

(50) *Tombo de 1573*, livro 1.º, fls. 365 e 366.

(51) *Summario*, por C. R. de Oliveira, ed. de 1755, pág. 22. A colocação desta rua na freguesia do Loreto, hoje Encarnação, elimina a possibilidade de ser ela a antiga rua do Picadeiro e actual rua António Maria Cardoso, que era e é na freguesia dos Mártires. Na mesma época esta chamava-se rua do Duque. — *Tratado da Majestade, Grandeza e Abastança da Cidade de Lisboa*, etc. por João Brandão, Lisboa, 1923, pág. 228.

do caminho pela encosta acima, o qual passou a chamar-se rua do Conde (de Vimioso) ⁽⁵²⁾. Por último crismou-se em rua do Alecrim ⁽⁵³⁾, que era usada simultâneamente com a anterior, mas que prevaleceu, e ainda hoje conserva. Esta denominação é posterior a 1628, ano em que se construiu a desaparecida ermida do Alecrim, que lhe legou o nome ⁽⁵⁴⁾.

Ao longo da rua, da banda de fora e contígua ao lanço do muro da cêrca de D. Fernando que se inseria nas portas de Santa Catarina, existia, até ao portão de entrada da Fábrica de Cerveja, uma estreita faixa de terreno com cêrca de 179 metros de extensão, que no 3.º quartel do século XVI se poderia considerar dividida em 3 talhões.

O do norte e o do meio constituíam dois prazos da Câmara, que partiam pelo nascente com muro da cidade; o primeiro, encabeçado em D. António da Silveira, e depois na sua viuva D. Beatriz de Mendonça, consistia em um assento de casas grandes, já em 1573 reduzidas a pardieiros, e em um quintal; media 100,™54 (9 varas e 2 palmos) ao longo do muro, por 14™,19 de fundo ao norte, e 9™,97 ao sul. O segundo, encabeçado em Jorge de Melo, e depois na sua viuva D. Antónia de Mendonça, tinha 58™,52 (53 varas e 1 palmo) de comprimento, por 13™,05 de fundo ao norte, e 17™,82 ao sul.

O terceiro talhão, ao sul do 2.º prazo, media 20 metros de extensão, era um chão e casas pertencentes ao conde de Vimioso ⁽⁵⁵⁾, e correspondia ao local do prédio n.ºs 32 a 42 da rua do Alecrim, que torneja desta rua para a rampa de acesso à Fábrica Jansen (portão n.º 30).

⁽⁵²⁾ O título de Conde de Vimioso foi criado por carta de lei de 2 de fevereiro de 1516. A denominação é portanto não só posterior a esta data, mas à da existência na rua, de casas daquele titular, que ignoramos quando foram construídas, mas que já existiam em 1573.

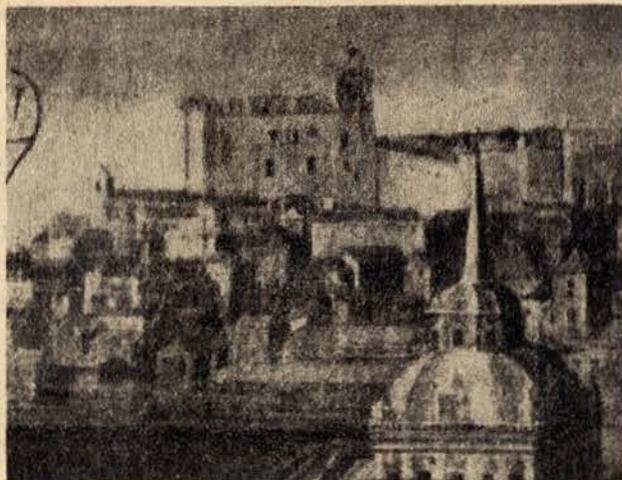
⁽⁵³⁾ *Corografia Portuguesa*, pelo P.º A. C. da Costa, tomo III, 1712, pág. 473.

⁽⁵⁴⁾ Depois do terremoto de 1755 ainda se pretendeu chamar-lhe rua Nova das Duas Igrejas. — *Planta da Freguesia de N. S.º da Encarnação*, pelo sargento-mor José Monteiro de Carvalho, no *Livro das Plantas das Freguesias de Lisboa*.

⁽⁵⁵⁾ *Tombo de 1573*, livro 1.º, fls. 365 e 366.

Tôda esta extensão até às Casas do conde de Vimioso estava em 1625 ocupada com estâncias de madeiras, vedadas, do lado da rua, por uma cortina de pedra ensoça (*sem argamassa*), e pedaços de tábuas ⁽⁵⁶⁾.

No 1.º prazo do *Tombo de 1573*, de que era foreira nos fins do



Estampa 5.ª

VISTA DOS PAÇOS DOS DUQUES DE BRAGANÇA NA 1.ª METADE
DO SÉCULO XVII

O edifício que se vê no alto é a igreja do Loreto. Os Paços ficam por baixo, um pouco sôbre a esquerda, com a fachada iluminada; contíguo à esquerda vê-se o palácio do marquês de Valença, com uma tôrre projectando-se no céu

De um «ex-voto» a óleo que representa a vista panorâmica de Lisboa, pertencente ao Governo Francês, e em depósito na igreja de S. Luiz

século XVII a condessa de Pontével, descendente do primeiro enfiteuta, fez esta construir em 1698 a igreja da Encarnação, e as suas dependências que envolviam a capela-mor, inaugurada em 6 de setembro de 1708 ⁽⁵⁷⁾; no terreno restante do mesmo prazo, para o sul,

⁽⁵⁶⁾ *Elementos, etc.*, tomo III, pág. 168.

⁽⁵⁷⁾ *Lisboa Antiga*, 1.ª parte, *O Bairro Alto*, 2.ª ed., vol. II, 1902, pág. 61.

havia umas casas pertencentes à Irmandade do Sacramento da mesma igreja.

No meado do mesmo século XVII parece que os condes de Vimioso estavam de posse de todo o 2.º prazo do *Tombo de 1573*, e que aí se achava construída uma casa nobre e um prédio de rendimento, de que vamos tratar.

Por ocasião do terremoto de 1755 menciona o *Tombo*, na estreita faixa ao longo do muro que estamos considerando, 4 propriedades.

A 1.ª e 2.ª, conjuntamente com a igreja da Encarnação e suas dependências, estavam construídas no terreno do 1.º prazo do *Tombo de 1573*.

As duas restantes, 3.ª e 4.ª, ocupavam todo o terreno do 2.º prazo (58), e ainda chegavam até ao portão da Fábrica de Cerveja.

A 3.ª, com 29^m,9 de frente, pertencia ao beneficiado André Rodrigues da Costa Barros, e abrangia o terreno onde estão situadas as cocheiras e parte do palácio Farrobo, e ficava contígua, pelo norte, a umas casas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da igreja da Encarnação, a que acima aludimos. Parece que anteriormente havia sido um prédio de rendimento do marquês de Valença.

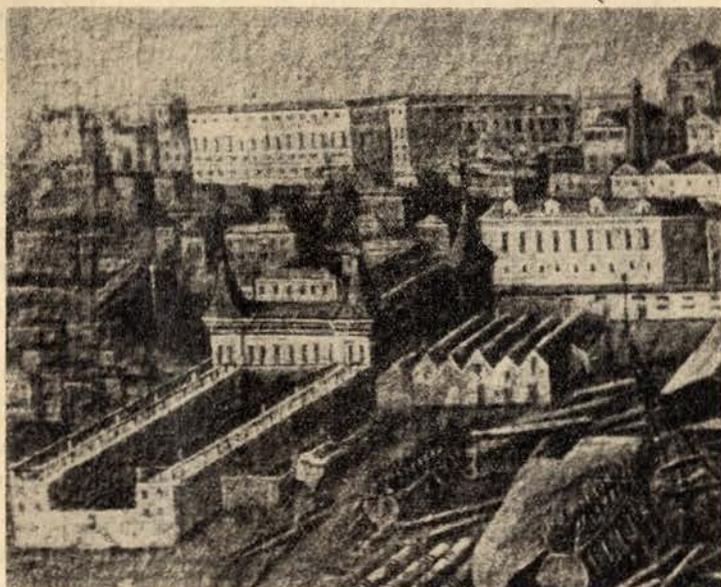
A 4.ª, com 27^m,3 de frente, era uma casa nobre, propriedade do marquês de Valença (9.º conde de Vimioso); ficava situada aproximadamente no local do prédio n.ºs 44 a 54 da rua do Alecrim, e pertenciam-lhe, fazendo-lhe seguimento para o sul, um quintal e uma cocheira, que já em 1573 eram da Casa Vimioso, como vimos, com 20 metros de extensão total de frente, ocupando o sítio do prédio n.ºs 32 a 42.

Os edifícios que estavam no local da casa nobre e do prédio de rendimento (n.ºs 44 a 54, e pátio das cocheiras do palácio Farrobo) parece que tinham ardido em 26 de novembro de 1726 (59), e consta que as suas ruínas foram compradas em 1731 pelo já mencionado André Rodrigues; mas o *Tombo de 1755* diz-nos que a propriedade do

(58) *Tombo de 1755, Bairro Alto*, fls. 85 v. e 86 v.

(59) *Lisboa Antiga*, 1.ª parte, *O Bairro Alto*, 2.ª ed., vol. II, 1902, págs. 103 e 104.

norte, de rendimento (a 3.^a), pertencia efectivamente ao beneficiado André Roiz em 1755, mas que a do sul (a 4.^a, a casa nobre, n.^{os} 44 a 54), era ainda, naquela data, do marquês de Valença (9.^o conde de Vimioso).



Estampa 6.^a

PALÁCIOS DOS DUQUES DE BRAGANÇA E DO MARQUÊS DE VALENÇA, NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVII

O palácio dos duques, à direita, no alto, tem a fachada principal na sombra, e nela 13 janelas sobrepujadas por mezaninos. O do marquês fica à esquerda, mostra iluminada a fachada principal ou ocidental, com 14 janelas também sobrepujadas por mezaninos, e 4 janelas idênticas na fachada sul. Em baixo vê-se o palácio do Côrte Real, com suas varandas avançando para o Tejo.

Extracto do quadro a óleo que representa uma vista panorâmica de Lisboa, com a partida de S. Francisco Xavier para a Índia, atribuído a Simão Gomes das Reis, existente na Academia Nacional de Belas Artes

As casas para o sul da igreja da Encarnação, arruinadas pelo terremoto ou pelo incêndio em 1755, foram vendidas em hasta pública.

Parentes do grande comerciante Joaquim Pedro Quintela, depois 1.º Barão de Quintela e pai do 1.º conde do Farrobo, adquiriram em 2 de Junho de 1777, as ruínas da 1.ª, 2.ª e 3.ª propriedades do *Tombo de 1755* ⁽⁶⁰⁾, isto é, as casas da Irmandade do Santíssimo da Igreja da encarnação e a de André Rodrigues, e no seu local fez Joaquim Pedro Quintela edificar o palácio e suas dependências, ocupando todo o lado oriental do largo do Barão de Quintela, que é conhecido por palácio Farrobo, pertencente hoje aos herdeiros do capitalista António A. Carvalho Monteiro.

Na mesma data de 1777 os ditos comerciantes arremataram também um lote de terreno nas costas do antecedente, com a extensão de 203 palmos (44^m,66) de frente sobre a rua Tesouro Velho, e 108 palmos (23^m,76) de fundo, onde o mesmo J. Pedro Quintela fez os jardins do seu palácio, com um portão monumental para a rua António Maria Cardoso.

Em 24 de Novembro de 1788 adquiriu ainda Pedro Quintela, na rua do Alecrim, as restantes propriedades de rendimento até à entrada da Fábrica de Cerveja, as quais, já na 2.ª metade do século XIX, passaram para a posse do citado capitalista Carvalho Monteiro, a cujos herdeiros pertencem hoje.

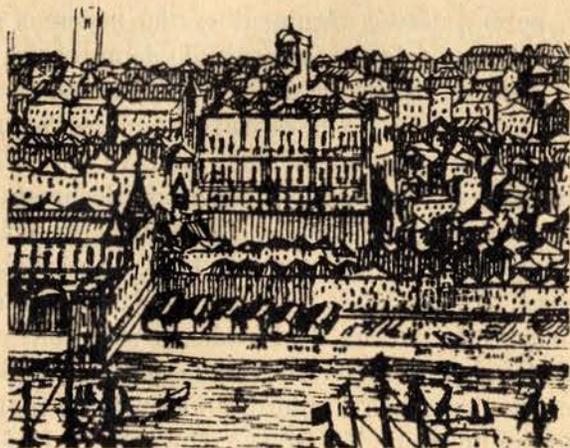
Estas outras propriedades eram a casa nobre do marquês de Valença, conde de Vimioso (4.ª do *Tombo de 1755*), sito, como dissemos já, onde hoje se vê o prédio n.ºs 44 a 54, que tem nas lojas dois estabelecimentos de antiguidades e os escritórios e armazéns da firma Eugène Labat, Ld.ª, de artigos de aquecimento e sanitários, e o prédio imediato (n.ºs 32 a 42), em cujas lojas estão instalados o escritório e o armazém da Fábrica Âncora, de licores, espirituosos, xaropes e aperitivos.

⁽⁶⁰⁾ É o que consta de uma verba à margem no *Tombo*, fls. 85 v. a 86 v., mas o que esta verba acrescenta é que essas propriedades incluíam as casas arrematadas por aqueles comerciantes na rua do Alecrim com 203 palmos de frente e 100,5 de fundo (44^m,66 × 21^m,11). Todos os ditos prédios, segundo o mesmo *Tombo*, medem de frente 274 palmos (60^m,28), e correspondem à frente do palácio e das cocheiras da Casa Farrobo; os 203 palmos de frente correspondem unicamente à extensão da fachada do palácio.

O traçado da muralha da cêrca de D. Fernando acha-se definido nesta extensão que temos considerado, e assim o marcámos no nosso mapa I.

A muralha parece que constituia o fundo do grande átrio do palácio Farrobo, a frente das cavalariças anexas do mesmo palácio, e o muro do fundo das lojas do prédio n.ºs 44 a 54 da rua do Alecrim.

Segue êle uma linha sensivelmente rectilínea, sem tórres salien-



Estampa 7.ª

OS PAÇOS DOS DUQUES DE BRAGANÇA NO MEADO DO SÉCULO XVII, SEGUNDO
DIRK STOOP

Extracto de uma gravura em cobre do citado pintor e gravador, que constitue o frontispício de uma colecção de 8 vistas de Lisboa, e que tem o título, numa cartela: «A Illust.ªª D. Catharina Rainha da Gran Bretanha D. V. C. — R. Stoop — 1662 — Lx.ª»

tes, que, se acaso existiram de origem, ou já tinham desaparecido em 1650, ou não foram desenhadas na planta levantada por Tinoco nesse ano; os *Tombos* também não lhes fazem a menor referênciã.

Porém no extremo sul dêste lanço, onde êle forma um redente, devia ter existido uma tórre, a que se alude no documento de demarcação da freguesia do Loreto (2 de janeiro de 1551), *casas e tórre do*

Conde de Vimioso ⁽⁶¹⁾, que explicaria o facto de a última casa dêste titular, junto da rampa da muralha da Fábrica de Cerveja, uma cocheira, ter apenas 7^m,36 de fundo, por 8^m,80 de frente ⁽⁶²⁾, deixando até à muralha um espaço de 5^m,5 de fundo por 8^m,80 de frente, que seria o ocupado pela torre.

Parece-nos entrever, no mirante do prédio n.ºs 32 a 42 da rua do Alecrim, com janelas para a rampa da Fábrica de Cerveja, vestígios da mencionada torre; os baixos são hoje uma casa abobadada.

Apesar, porém, destes argumentos, não podemos garantir que seja esta a torre de que fala o documento de demarcação da freguesia do Loreto, que hoje se chama da Encarnação, sendo possível que se refira à torre do canto sudoeste da cerca fernandina, de que nos ocuparemos em breve, a qual, com a muralha, limitava em 1755 a propriedade do 3.º marquês de Valença. No tempo do documento de demarcação estava vago este título, que só foi novamente criado pelo rei D. Pedro II, por carta de 10 de março de 1716, na pessoa de D. Francisco de Portugal, 8.º conde de Vimioso (2.º marquês de Valença). Por isso o palácio, sito na rua do Picadeiro, mas com entrada também pela rua do Conde ou do Alecrim, era designado em 1551 pelo nome do seu proprietário, conde de Vimioso, e não pelo de marquês de Valença, como sucedia no século XVIII (3.º marquês, D. José João Miguel de Portugal, 9.º conde de Vimioso, em 1755).

As casas do lado oriental da rua da Cordoaria Nova (1.ª a 5.ª propriedades do *Tombo de 1755*), deviam partir pelo fundo com a muralha da cerca, mas o *Tombo* não o menciona ⁽⁶³⁾.

(Conclui no próximo número)

⁽⁶¹⁾ *O Carmo e a Trindade*, por G. de Matos Sequeira, vol. I, 1939, pág. 297.

⁽⁶²⁾ *Tombo de 1755, Bairro Alto*, fl. 86 v.

⁽⁶³⁾ Loc. cit., *Bairro do Remolares*, fls. 56 v. a 58.

Do Mosteiro da Madre-de-Deus, em Xabregas, e de sua excelsa fundadora

Palavras de Mário de Sampayo Ribeiro, ditas no claustro grande, quando da segunda visita do Grupo «Amigos de Lisboa», à igreja da Madre-de-Deus, em 25 de Janeiro de 1942

A LUIS PASTOR DE MACEDO

NÃO sei se algum de vós já se viu dentro de vetusta catedral gótica à hora do entardecer, quando principia o quotidiano duelo em que a luz é sistematicamente levada de vencida pelas trevas.

De comêço ainda há inteiro predomínio da claridade e os raios solares — incidindo com ângulo escasso na rosácea e nos fenestões policromos — formam enormes prismas oblíquos, irisantes, por cuja via vai projectar-se no lajêdo das naves a figuração dos vitrais.

Então o solo parece alcatifado com deslumbrantes tapeçarias luminosas em que os roxos vinolentos e os vermelhos sangüíneos das túnicas dos Apóstolos, os amarelos aurifulgentes das asas dos Anjos e das auréolas das Santas, o azul celestial do manto da Mãe de Deus, os rosas nacarados das carnações, os verdes esmeraldinos das palmas dos Mártires e os brancos opalescentes das vestes das Virgens, sàbiamente dipostos e combinados, põem efeitos de maravilha.

Mas à medida que o astro-rei, em sua rota aparente, vai descendo e se aproxima da linha do horizonte, seus raios vão perdendo gradualmente intensidade e enrubescendo a mais e a mais, e as figuras dos vidrais vão-se alongando e crescendo ao mesmo tempo que suas linhas e contornos devêm imprecisos.

Um momento há em que assumem proporções gigantescas, inverosímeis e suas formas se tornam quasi irreais. Ao passo que a linha de seus pés descalços assenta mais ou menos por meio da nave, a das cabeças nimbadas já roça pelo supedâneo do altar-mor.

Depois, quando a luz já bruxuleia, a figuração antolha-se-nos como poalha luminosa que, progressivamente, se vai esbatendo.

Por fim, quando a penumbra precursora do império da escuridão reina por sob as abóbas nervadas, tudo desaparece como por encanto e tem-se a ilusão perfeita de tôdas as figuras se haverem acoitado no tabernáculo.

Quem já presenciou espectáculo tão impressionante e surpreendente, cuidou-se vítima de alucinação perturbadora e não logrou, com certeza, furtar-se ao influxo mágico da visão sem par.

Aqueles corpos de luz corada, cujos contornos e linhas se foram diluindo à medida que as estaturas aumentavam, parecem-nos almas desgarradas a ascenderem para Deus, a aproximarem-se d'Ele, atraídas por força irresistível.

A medida que o negrume da noite se vai firmando, o ambiente torna-se cada vez mais propício ao recolhimento e à meditação. E é então que temos plena consciência da nossa pequenez, de como somos frágeis casquinhas de noz no mar encafelado que é a nossa passagem por este vale de lágrimas; é então que sentimos bem a grandeza das almas que Deus privilegiou, que podemos aquilatar com justiça do poder e da magnificência da Virtude.

Semelhantemente, quando, na distância dos séculos, contemplamos a projecção de um vulto de outrora, verificamos que, quanto mais afastado no tempo elle está, tanto mais avantajada se nos representa a sua estatura.

Não se lhe visionam pormenores, mal se lhe entrevêem os contornos, mas, em compensação, a sua personalidade moral ressalta, virtudes e defeitos avivam-se-lhe com nitidez incrível, e suas proporções — quando de virtudes se trate — agigantam-se de tal modo que não tarda que, dentro em nós, a voz da consciência entre de proclamar a nossa condição mísera e mesquinha e de apregoar a grandeza do vulto de antanho.

A Rainha Dona Leonor de Lencastre está nesses casos...

Sua figura pequenina, seu ar recatado e modesto — em que se nota a preocupação, quasi obsessão, de passar despercebida — sua alma diamantina, toda posta ao serviço e à prática das três virtudes teologais; sua longa existência⁽¹⁾, absoluta e integralmente subordinada à divisa muito sua do pelicano que se desentranha por amor dos seus — divisa que, no dizer de Rui de Pina, o Marido, ainda Príncipe, adoptou por amor dela⁽²⁾; sua discreta, mas potentíssima e indefectível acção política, toda orientada a prol da defesa das puras tradições medievas nacionais, que defendeu com denodo, como a leão defende a ninhada, contra as suspeitas doutrinas pre-renascentistas que seu Real Consorte pretendeu pôr em prática — tudo isso, visto à distância de mais de quatro séculos, neste recanto do claustro grande do antigo convento, que, amorosamente, fundou no último quartel da vida — o único ponto do edificio que, com seu jardim central e sua fonte

É APRECIADOR DE BOM CAFÉ?

NÃO HESITE:
COMPRE NO

MACARIO

QUE É UMA CASA ESPECIALIZADA E DAS MAIS ANTIGAS



Macario M. Ferreira, L. da

Estabelecimento: 272, Rua Augusto, 274

Torrefacção: 50, Rua Maria, — LISBOA

Emprêsa Insulana de Navegação

Carreiras regulares entre **Lisboa, Madeira e Açores**

ESCALAS DATAS DAS SAÍDAS DOS VAPORES:

Em 8 de cada mês para: *Madeira, Santa Maria, S. Miguel, Terceira, Graciosa, (Santa Cruz)
S. Jorge (Calheta), Lages do Pico e Faial*

Em 23 de cada mês para: *Madeira, S. Miguel, Terceira, Graciosa (Praia), S. Jorge (Velas)
Cais do Pico, Faial, Córvo, e Faial (Lages e Santa Cruz)*

A escala da Ilha do Córvo só se efectua nos meses de Maio, Junho, Julho, Agosto e Outubro, tocando também o vapor naquele porto no mês de Fevereiro só para troca de correspondência e serviço de passageiros

AGENTES:

GERMANO SERRÃO ARNAUD

AVENIDA 24 DE JULHO, 2, 2.º D. LISBOA

TELEFONE 20214

Na Madeira

BLANDY BROTHERS & C.º

Em Ponta Delgada

BENSAUDE & C.º

Para MOBILAR
E DECORAR
UMA CASA
consulte o nosso decorador

**MODERNAS
MOBÍLIAS**
E EM ESTILOS
CLÁSSICOS

COMPANHIA
ALCOBIA

Rua Ivens, 14 — Rua Capêlo 1 a 9

FACILIDADES DE PAGAMENTO

LATOARIA MACIEL, L.^{DA}

CASA CENTENÁRIA

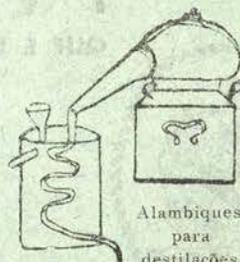
Premiada em várias exposições



Fabricantes
de lanternas
de todos os
estilos, e su-
plementares
para cine-
mas, alamb-
iques para
destilação,



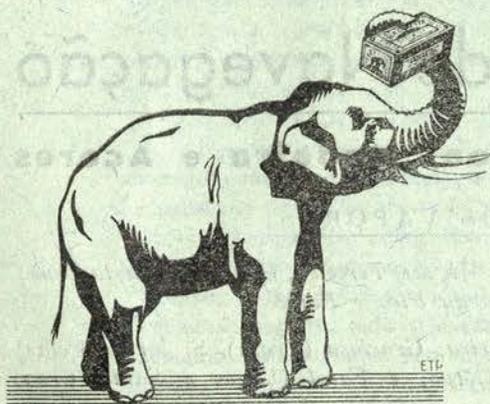
banheiras
de todos
os siste-
mas, es-
quentado-
res, escal-
petos, etc.
Completo
sortimento
de loiças



Alambiques
para
destilações

de fôlhas,
ferro es-
maltado e
de alumi-
nio. Exe-
cuta todos
os traba-
lhos da
sua indús-
tria.

R. da Misericórdia, 63-65 — LISBOA
Telef. 2 2451



CHA CELESTE

Por ser o melhor e mais aromático é
sempre o preferido

DEPOSITÁRIOS:

VILARINHO & RICARDO
RUA DA PRATA, 230 — LISBOA
SOCIEDADE DE CIMENTOS, L.^{DA}
R. TRINDADE COELHO, 42-1.º-PORTO

Ao pedir água mineral

peça

ÁGUA MINERAL CARBONIZADA DAS
Lombadas
ILHA DE S. MIGUEL - AÇORES

Leve, estomacal, límpida

Efeitos imediatos na digestão



À VENDA EM TÔDA A PARTE

múrmura, ainda conserva uns longes de ambiente monástico — tudo isso, repito, visto a tão grande distância e a uma escassa trintena de metros da sua última morada, simples e desataviada como ela foi em vida, dá a seu vulto egrégio proporções imensas, nimba sua fronte larga de auréola sobrenatural e leva-me a não hesitar em outorgar-lhe o primado indiscutível da Mulher portuguesa, e a proclamá-la como a mais perfeita corporização das virtudes femininas, que algum dia veio ao mundo neste rincão abençoado, onde a terra acaba e o mar começa.

Alma de têmpera mais fina que a do mais fino aço, foi duramente provada pela espada da Dor.

Posta à prova como filha, como espôsa, como irmã, como mãe e como portuguesa, tôdas as provações sofreu com singular coragem. E como se não bastasse tamanho Calvário para corpo tão miúdo, ainda houve quem se comprouvesse em suspeitar de infâmia a sua santa memória (3).

Orfã de pai aos dôze anos, casou muito novinha e, poucos anos andados, soube-se preterida por outra. Viu um dos irmãos cair apunhalado por seu próprio marido. Viu a irmã enviuvar em circunstâncias infamantes, o cunhado subir ao patíbulo e ser decapitado por traidor na praça principal de Évora, e os sobrinhos perseguidos e monteados como chacais. Viu o único filho, que Deus lhe dera, morrer desastrosamente na flor da idade; viu, finalmente, seu real Espôso tripudiar sobre a tradição nacional ao serviço de doutrinas, que ela tinha por empestadas, e em nome das primeiras mistificações ideológicas que têm pôsto a humanidade em transes apertados.

Sofreu com resignação tudo quando affectava só a sua pessoa, mas quando se tratou de sua condição e de seu portuguesismo o caso mudou de figura

A neta adoptiva — deixai-me dizer assim — do grande Infante D. Henrique não pôde suportá-lo e reagiu.

É que a mentira repugnava-lhe e ela sabia bem quanto havia de refalsado, de dobre e de hipócrita na famosa divisa — *polla ley e polla grey*. Ela sabia bem que o verdadeiro pensamento de D. João II era devir Rei-Amo, Senhor e Suzerano, em vez de Rei-Pai, Protector e Mor-amigo, como haviam sido todos os antecessores (4).

Na questão da sucessão do Reino a atitude que assumiu foi pautada pelo imperativo das tradições, cristãs e medievas, a cuja sombra Portugal nascera e se criara. Deu mostras de tenacidade e de obstinação insuspeitáveis em ânimo tão compassivo e em natureza tão franzina e delicada.

Venceu e pela sua vitória domou o homem de vontade férrea, que nunca hesitara nos meios para alcançar os fins que uma vez se propusera... Daí o ter podido um dia, Gil Vicente, chamar ao que a História cognominou de Príncipe Perfeito, João Domado, isto é, João dominado, João vencido (5).

Admirável e portentosa figura a dessa Mulher, que foi instituidora das Misericórdias, que levou D. João II a fundar o Hospital de Todos-os-Santos, que foi verdadeira introdutora da imprensa em Portugal, que protegeu Gil Vicente e cujo mecenato a prol de tôdas as Artes foi de incalculável proveito para a Nação!

Estou que só as Capelas Imperfeitas do mosteiro da Batalha devem bastar, se não sobrar, para a acreditarem como tal.

Admirável e portentosa figura a dessa Princesa, que, conquanto bejense de nascimento, tinha tão grande amor a esta Lisboa prezada que — em 15 de Setembro de 1495 — podia escrever das Alcáçovas aos Vereadores da Câmara que o tempo que passava fora da capital o não considerava viver — por suas próprias palavras: o tempo que fora dela gastamos, havemos que não é viver.

Admirável e portentosa figura a dessa Rainha, que, depois de enviuar, se comprovou na realização da «maior e mais caridosa instituição que jâmais foi imaginada» (6), ante a qual as tão prestimosas Conferências de S. Vicente-de-Paulo são como luz de candeia ante a magnitude radiosa da luz solar.

Mas... não foi para tratar da sublime personalidade da fundadora d'êste mosteiro da Madre-de-Deus, de Xabregas, que aqui nos congregámos.

Víamos a visitar êste verdadeiro «cacharolête», constituído pelos restos do que foi, de entre todos os da Côrte, o convento de maior piedade e estimação, casa onde sempre se levou vida exemplar e onde viveram, na perfeita observância da primeira regra das religiosas franciscanas descalças, muitas das filhas de várias gerações da maior e da melhor nobreza do Reino.

Façamos, pois, resumida e muito suscinta história do edificio.

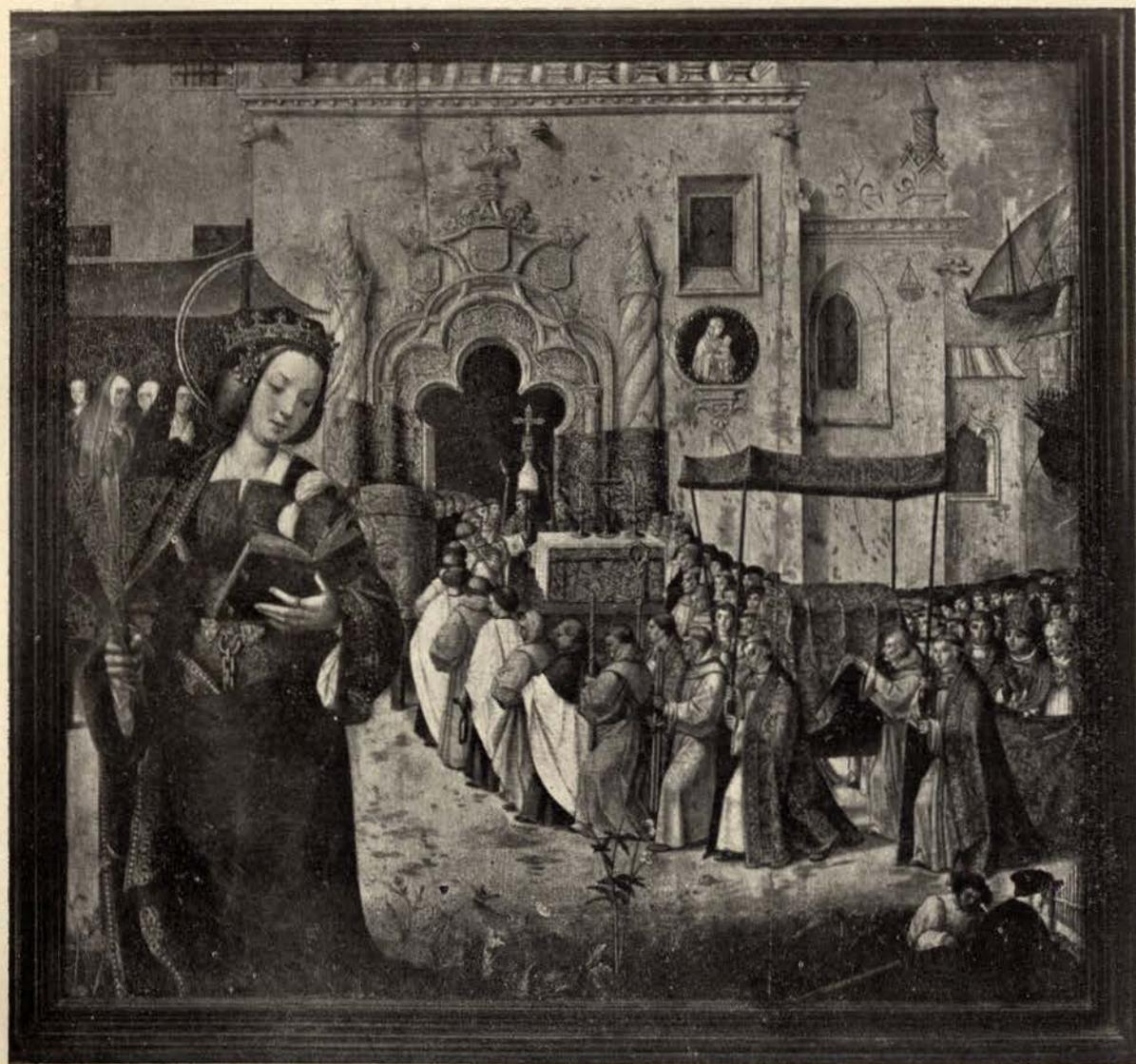


Desejava a Rainha Dona Leonor de Lencastre fundar um convento de religiosas reformadas e intentava fazê-lo nas casas que el-Rei seu irmão lhe doara, depois de as comprar ao marechal de seus reinos, D. Fernando Coutinho — casas que ficavam juntas com Santo Elói e que, mais tarde, foram acrescentadas de modo a ficarem também apar da antiga igreja de S. Bartolomeu.

Já tinha alcançado do papa Júlio II a licença indispensável e estava prestes a meter ombros ao novo e último grande empreendimento de sua vida, quando entrou de correr de bôca em bôca, por Lisboa fora, a notícia de que certa dona — grande serva de Deus e pessoa de invulgar ilustração — vira em sonhos nova escada de Jacó, a qual, tendo nascimento nas casas da Concha, em Enxobregas, subia, subia até perder-se na imensidade do firmamento.

A nova calou fundo no ânimo da Rainha, que viu nela como predestinação do local e clara, se bem que indirecta, revelação da vontade do Omnipotente.

Por isso deliberou comprar as casas e a horta adjacente a sua dona — a viúva de Álvaro da Cunha, o qual as mandara levantar com particularidade curiosa: por devoção com o *Poverello* de Assis guarneceu-lhe os tetos das recâmaras com o cordão franciscano e tal circunstância deu azo a geral admiração pelo que tinha de singular. Interrogado ao propósito explicou o facto com palavras a que o andar do tempo mostrou carácter profético — é que ainda hão-de vir a ser da Ordem do Seráfico Patriarca e Deus nelas servido maravilhosamente.



A CHEGADA DAS RELÍQUIAS DE SANTA AUTA À IGREJA DA MADRE-DE-DEUS

À esquerda, em tribuna armada, vêem-se: a Rainha Dona Leonor de Lencastre (de mãos postas); a primeira abadessa do Mosteiro, Soror Colecta Talhada (de mãos cruzadas, sobre o peito e com o hábito de Santa Clara); a Duquesa de Bragança, Dona Isabel; e mais outra personagem, presumível Infanta ou grande senhora, em traje profano de grande gala. A platibanda em flores de lis deve ser pura fantasia do pintor, bem como as coroas reais que encimam os colonelos da porta. O camaroeiro pintado na parede da capela-mór (?) atesta, a meu ver, o carácter de homenagem à Rainha, ou então é selo que certifica ter sido por sua encomenda que os quadros foram pintados lá fora (vidé nota n.º 12)

*Museu das Janelas Verdes. Reprodução feita com autorização.
Fotografia de Mário Novais*

Corria o ano de 1509 e no dia 18 de Junho (7) sete clarissas, vindas do mosteiro de Jesus, de Setúbal, (então de fundação recente), tendo por abadessa Soror Colecta Talhada, que professara em Santa-Clara-de-Gândia, no reino de Valência, tomaram posse e vieram povoar o novo cenóbio, que se destinava, uma vez completadas as instalações, para vinte religiosas.

Cinco dias depois, a 23, véspera da festa do glorioso S. João Baptista, na presença da real fundadora, o Arcebispo de Lisboa, D. Martinho da Costa — meio irmão e sucessor do famigerado Cardeal de Alpedrinha — benzeu a primeira pedra da igreja conventual, que não tinha invocação ainda.

Ouçamos agora o que diz frei Agostinho de Santa-Maria:

«Andava a Rainha cuidadosa do título, e invocação, que daria a êste seu Convento, e nesta sua perplexidade, estando nos seus paços, vieram dois mancebos, que no traje e formosura pareciam flamengos, os quais traziam uma Imagem de Nossa Senhora, que mostraram à Rainha, para ver se se agradava dela, e vendo que se obrigava muito da sua formosura e perfeição lhe pediram pela manufactura dela um preço excessivo, que se não concertaram: pelo que os mancebos, flamengos fingidos e Anjos verdadeiros, a deixaram nas mãos da Rainha, dizendo que ao outro dia tornariam: os quais nunca mais apareceram. Conheceu a Rainha ser isto favor do Céu, tomou a Senhora, colocou-a no Altar da sua Capela, e em suas mãos entregou as chaves da Casa e do novo Convento: ao qual pôs o título da Madre-de-Deus, por causa dêste singular benefício, que o Senhor lhe fizera em lhe dar aquella devota Imagem de Sua Mãe Santíssima, para ennobrecer com ela aquêle seu novo Convento, que fundava. Sucedeu logo que El-Rei D. Manuel (não sabendo o que se passava) mandasse pedir com muita instância à Rainha Dona Leonor estas casas, para se passar a elas a Rainha Dona Maria sua mulher, que muito desejava morar naquêle sítio: a quem respondeu a Rainha Dona Leonor, que já entregara as chaves delas a outra Rainha maior, que era dos Céus; e com estas palavras se escusou.» (8).

A imagem não era a actual (9); representava a Virgem Maria ajoelhada ante o Menino Jesus. Um pouco atrás, sôbre a direita, estava S. José, também de joelhos (10).

É crença geral que a primitiva igreja, levantada pela fundadora, era de fábrica modesta e reduzidas proporções e que foi concluída em curto espaço de tempo (11).

Repugna-me acreditar-lo, porque a Providência dotara Dona Leonor com espírito magnânimo e cheio de requintes, o que ainda hoje é facilmente verificável ante as sobrevivências de iniciativas a que seu nome se ligou. Não me parece, por isso, que o templo de sua mais querida fundação pia, apesar de destinada a albergar a mais Santa Pobreza dentro de seus muros, devesse ficar orfão de contributo dos artistas que floresciam por então, cá e lá fora.

Os sumptuosos presentes alcançados de seu primo, o Imperador Maximiliano, entre os quais avultava o corpo de Santa Auta, cujo martírio e cuja transladação haviam de ser objecto de maravilhoso tríptico, pintado, segundo agora se pensa,

contra toda a tradição, por sages pintor português⁽¹²⁾; o riquíssimo retábulo, onde abundavam as tábuas filhas do prodigioso pincel de Quintino Matsys; as magnificentes peças de ourivesaria, entre as quais importa notar o precioso relicário para um dos espinhos da coroa que cingiu a cabeça de Jesus na sua Paixão⁽¹³⁾, tudo fazia parte do património do convento em seus dias e não é crível que tais jóias não tivessem escrínio condigno, tanto mais que o pórtico e claustro eram bem lavrados.

A meu ver, quando a viúva de D. João II passou a melhor vida, nos paços de Santo Elói, aos 17 de Novembro de 1525, dezasseis anos andados sobre o começo da edificação, as obras não estariam concluídas, não tanto por escassez de tempo, nem porque minguassem recursos, como pelos precalços e inconvenientes originados por este caprichoso Tejo à beira do qual se erguia a igreja e cujas águas impetuosas, após dias consecutivos de grande invernía, transbordavam e vinham alagar e tornar impraticável o templo.

Apesar de se ter perdido o formosíssimo documento, que, a avaliar pelo de Dona Catarina de Áustria, seria o testamento da Rainha Dona Leonor, parece-me indisputável que seu principal herdeiro foi o sobrinho predilecto e ai-jesus, que, pode dizer-se, criara de pequeno — el-Rei D. João III.

A seu cargo, pois, teria ficado a conclusão da obra e o obviar aos inconvenientes que as cheias do rio acarretavam, problema que requeria estudos meticolosos e levou muitos anos a resolver satisfatoriamente.

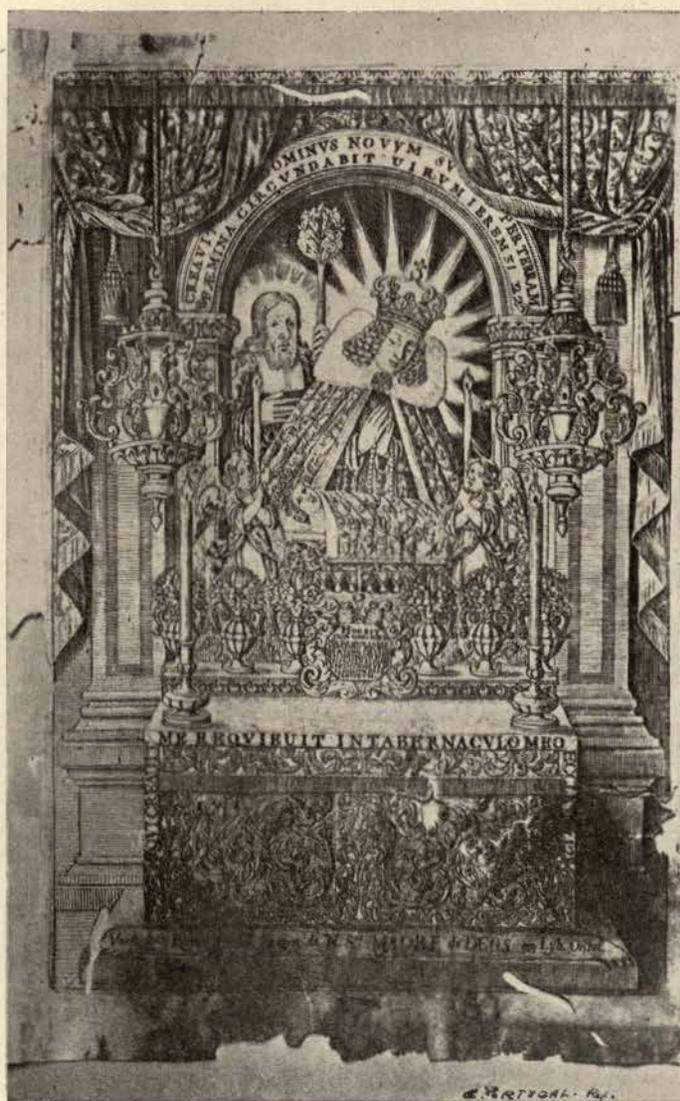
Por um lado a viva devoção à Virgem Santíssima, debaixo da invocação tão terna e encantadora de Nossa Senhora Madre-de-Deus, por outro o apêgo, a obrigação e o reconhecimento pela memória excelsa de sua Tia e ainda prováveis conseqüências desastrosas do horrível terramoto de 1531, devem ter levado o Piedoso a meter mãos à obra — era peritíssimo em coisas de architectura — e então se fez nova igreja — em nível mais elevado — a capela árabe, o sumptuoso côro e mais este claustro onde estamos, destinando-se para Casa do Capítulo uma parte da igreja que Dona Leonor de Lencastre erguera e cujas paredes eram forradas com os melhores e mais ricos azulejos que então se fabricavam, o que vem reforçar a convicção em que vivo e que rejeita a simplicidade e pobreza da primitiva igreja conventual.

O novo templo, no dizer do autor do *Santuário Mariano*, «era um céu aberto, pelos ornatos, aceio e riqueza» que nêle se notavam. A atestar a real munificência ficaram no côro os admiráveis retratos de D. João III e de sua Espôsa, modernamente atribuídos, por mero palpíte, ao pincel de Cristóvão Lopes.

Os anos foram passando e com êles os gostos e as modas foram introduzindo modificações na traça da construção, ao passo que a humidade, o caruncho a iam mazelandando a pouco e pouco.

Em comêços do século XVIII devia ser acentuada a ruína do templo e impunham-se obras de consolidação.

O Padre José Pacheco da Cunha, ao tempo sacristão do mosteiro, tinha certa privança com el-Rei, que era, então, como é óbvio, o Senhor D. João V.



A MAIS ANTIGA REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DE NOSSA SENHORA MADRE-DE-DEUS
 Raríssima gravura (não citada pelo Prof. Ernesto Soares em sua *História da Gravura Artística em Portugal*) que apareceu ilustrando um exemplar da 3.^a parte da *Crônica Seráfica da Província dos Algarves*, de frei Jerônimo de Belém, na posse do livreiro antiquário sr. Francisco de Sousa Moreira Sênior. A gravura, que é anónima e mede 262 × 171 mm., não deve pertencer ao volume, pois é, nitidamente, trabalho de artista de Seiscentos. Parece presumível representação do altar do orago do mosteiro, anterior às obras do Padre Pacheco da Cunha (1706).

Fotografia de Eduardo Portugal

Muito zeloso pela «sua» igreja e não podendo sofrer o estado a que a veria reduzida, pôs-se a receber esmolas para sua restauração e tão avultada foi a colheita que pôde ir muito além do que pretendia. Delas resultaram: a renovação de quási tôda a talha do templo e das dependências; a aquisição de numerosas telas, adrede pintadas; da preciosa teia de mármore florentinos com balaústres torneados de pau santo; do riquíssimo arcaz da sacristia velha; do famoso presépio, encomendado ao Ferreirinha de Chelas, e sua instalação condigna no antecôro, etc.

É voz corrente que tudo quanto hoje está patente é obra do reinado de D. José.

Não é verdade, porque tudo data da «sacristania» do Padre Pacheco, a qual se estendeu por cêrca de cinqüenta anos e acabou em 1756, quem sabe se com o desgosto de ver a sua obra avariada pelo sismo do dia de Todos-os-Santos e com a certeza plena de que não poderia contar com a bolsa do Magnânimo para remendar as imperfeições...

Os estragos do famigerado terramoto, aliás, foram relativamente pequenos; apenas houve que aprear meias-paredes da capela-mor e a parede mística do côro com o claustro, a qual abriu grandes brechas.

Em 1834... raiou a Liberdade e seu raiar acarretou o maior dos cataclismos desencadeados sôbre êste cantinho do Mundo.

A lotação conventual passara, por graça e piedade da Rainha Dona Catarina de Áustria, de vinte para trinta freiras. Não sei quantas o povoavam à data do último «grande serviço» que Portugal ficou a dever ao primeiro Imperador do Brasil e digo último porque o decreto, que extinguiu as Ordens Religiosas, foi lavrado e assinado quando Sua Majestade Imperial já estava com os pés na cova.

Segundo as prescrições da monstruosa iniquidade, que fazia tábua-rasa de tantos serviços e de tanta benemerência, os conventos de religiosas (que certas campanhas odientas e de pura calúnia queriam fazer passar por antros de depravação moral) só seriam extintos à medida que fôsem morrendo as últimas professoras, que já o eram à data do decreto, que teve como consequência o ficarem a saque as maiores preciosidades que o país guardava, produto do amearhar de gerações sucessivas.

Em 3 de Outubro de 1871, salvo êrro, foi a enterrar a última sobrevivente daquelas que, desde 1509, ininterruptamente, haviam habitado a mansão que Dona Leonor fundara em hora de alta piedade.

Juntos com o mosteiro ficavam os paços de Enxobregas, que a mesma Rainha fizera edificar antes de intentar sua pia fundação e que alguns têm julgado que ocupavam o mesmo lugar que outros construídos em dias do Bolonhês e que os castelhanos incendiaram por ocasião do cêrco de Lisboa, quando reinava D. Fernando, o Formoso.

É engano porque êsses levantavam-se onde se fundou o convento de S. Francisco, depois de 1834 fábrica de fiação de tecidos de algodão (em parte destruído pelo fogo em 11 de Janeiro de 1844) e desde 1845, fábrica da Companhia dos

Tabacos, último fim a que chegou a casa de que dependia directamente esta, onde estamos, e em que morou e morreu o virtuosissimo frei João de Nossa Senhora, o popular poeta, o criador da linda invocação Nossa Senhora Mãe-dos-Homens, que, ao mais certo, lhe foi sugerida por opposição a essoutra, também tão linda, que ainda hoje perdura na igreja que vamos visitar — Nossa Senhora Madre-de-Deus.

Os paços de Enxobregas foram a miúde habitados por Dona Leonor de Lencastre e, ao contrário do que se lê em alguns pontos (14), não foi nêles, mas sim neste mosteiro, que Gil Vicente representou seu delicioso *Auto da Sibila Cassandra*, nas matinas do Natal de ano impreciso, que Braancamp Freire conjecturou ter sido o de 1513, mas que eu admito ter sido antes o da própria fundação do cenóbio, ou o seguinte o mais tardar.

Nêles residiram várias personalidades illustres. Lá expirou a Rainha viúva de D. João III e para êles foi residir, debaixo de prisão, a Duquesa de Mântua, em 1640.

Diz tôda a gente, supponho que na piugada de Ribeiro Guimarães (15), que el-Rei D. João IV, a rôgo da Senhora Dona Luisa de Gusmão, os doou à Condessa de Unhão, camareira-mor da Rainha.

Ora parece-me não poder duvidar-se de que tal afirmação é inexacta, porque Dona Francisca de Távora, viúva do primeiro Conde de Unhão, Fernão Teles de Meneses, não foi camareira-mor da Rainha D. Luísa de Gusmão, mas, sim, de Dona Maria Francisca Isabel de Sabóia (16). Logo, deve ter sido em dias de D. Afonso VI ou nos de seu irmão que a doação foi feita.

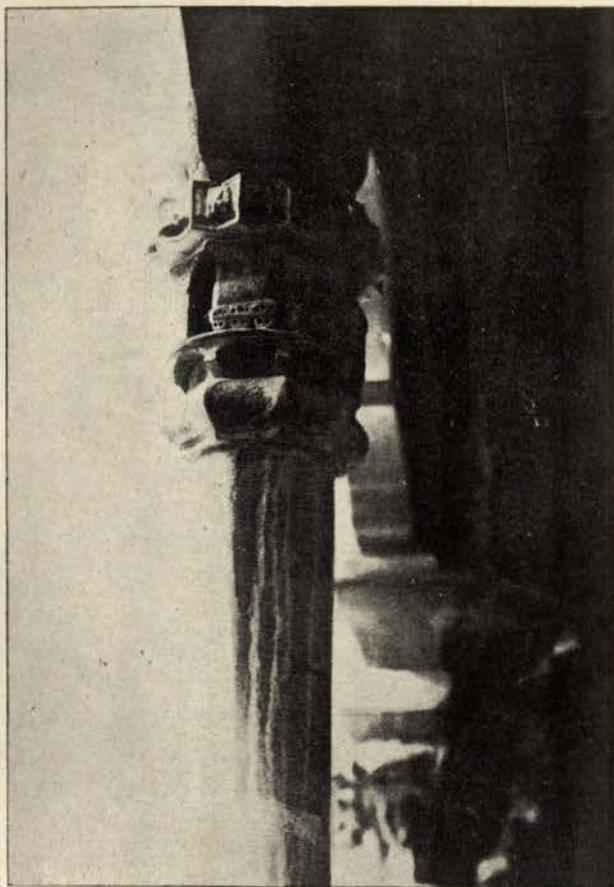
Em 1741, pelo casamento do 5.º Conde de Unhão, D. João Xavier de Castro, com a Marquesa de Nisa, Dona Maria José da Gama, o palácio entrou nesta última casa, onde se manteve até cêrca de 1867, ano em que foi à praça, porque estava hipotecado a um credor impiedoso, sendo adquirido pelo Governô, parece que por 22 contos de réis, para nêle se instalar um albergue de inválidos e casa de correcção de menores, a que foi dado o nome de «Asilo Maria Pia», em atenção à filha de Vítor Manuel, que foi Rainha de Portugal e cujos despojos ainda se encontram longe dos de el-Rei D. Luís e dos de seus Filhos, que fim tão trágico vieram a ter (17).

Estavam em curso obras de adaptação quando, a 19 de Julho de 1867, tudo foi pasto das chamas, tendo estado em grande risco de ser reduzida a escombros e cinzas a igreja da Madre-de-Deus.

O edificio foi reconstruído immediatamente e as obras importaram em cêrca de 104 contos — exactamente 103:871\$350 réis — dos quais 63:793\$073 réis obtidos por subscrição pública (18).

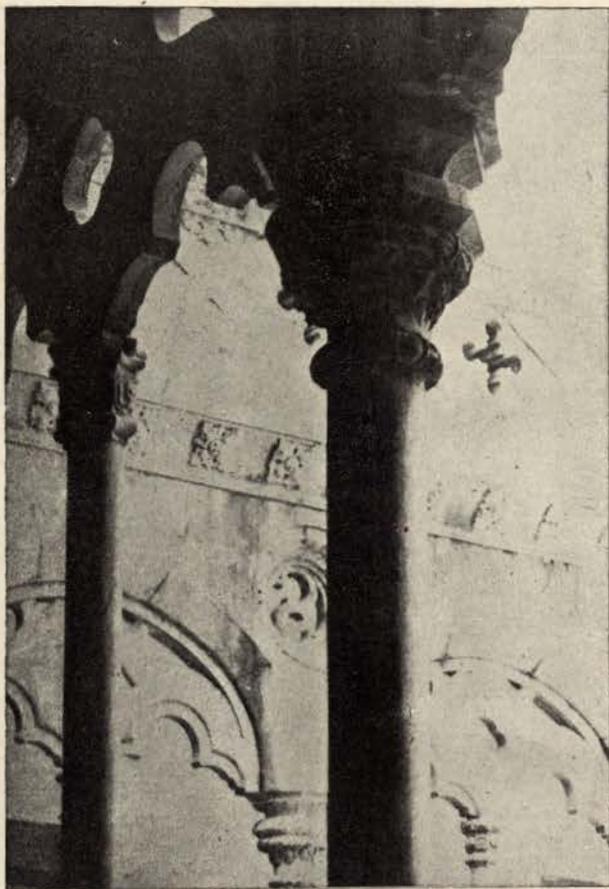
Logo que a última freira deu a alma ao Criador, o mosteiro foi absorvido pelo Asilo. Pouco depois começaram obras de «restauro» na igreja e dependências, obras que se arrastaram longos anos, em que superintendeu José Maria Nepomuceno e de que resultou o presente «cacharolete», que me abstenho de analisar, dando homem por mim — O Conde de Sabugosa:

«...a indignação não tem limites quando ao observar o mistifório aglomerado



MADRE DE DEUS
Pormenor dos capitéis «restaurados» do claustro
Quinhentista — o comboio...

Fotografia de Eduardo Portugal



MADRE DE DEUS

Pormenor dos capitéis «restaurados» do claustim
Quinhentista — símbolos maçónicos...

Fotografia de Eduardo Portugal

por uma recente *restauração* (?) se nos patenteiam intenções pretenciosas colhidas na mofina escola dos Violet le Duc, e que até fazem supor intuitos sectários de profanar o carácter religioso da fundação. Verdadeiros atentados contra o bom gôsto, a arte e a arqueologia.

Azulejos arrancados em alguns sítios, noutros acrescentados com enxêrtos trazidos de vários monumentos (Farol do Cabo de S. Vicente, Convento de Santa Ana, etc.) azulejos mandados fazer modernamente *imitando antigo*; fantasias ampliando os quadros da sacristia, e tudo isso num amálgama que não se sabe se o intento foi restaurar, se modernizar, se fazer servir o monumento de *rêclame* a ceramistas e azulejadores. Uma confusão!

Mas onde todos os que tiverem algum critério ou simplesmente uns pós de bom-senso, de bom-gôsto, ou de consciência artística, sentem invadi-los uma onda de repulsão, é quando, ao examinar os capitéis no pavimento superior do claustro pequeno, verificarem a resolução estapafúrdia que o *restaurador* tomou de substituir alguns que se achavam talvez mutilados por outros onde se encontra figurado *um combóio com a sua máquina fumegante* (!) e alguns simbolos *maçónicos* (!). Isto num claustro do século XVII!» (10).



Havia no mosteiro preciosidades quasi sem conto, mas só raras se não sumiram na voragem.

Do primitivo retábulo, pintado por Quintino Matsys, ainda últimamente se «caçou» em Londres uma das predelas, não se chegando a tempo de comprar outra, que já estava arrebanhada para um museu dos Estados-Unidos-da-América-do-Norte.

A famosa reprodução do Santo-Sudário, de Turim, que fôra presente do Imperador Maximiliano, era mostrada em Quinta-feira-Santa e suscitava tamanha devoção que foi mistér abrir, especialmente, um balcão no exterior da igreja para que a multidão a venerasse, essa... volatilizou-se e não deixou rasto. O mesmo succedeu aos cálices que o ourives Gil Vicente fizera para a Rainha Dona Leonor, à tijelinha de pau por onde, segundo piedosa tradição, Santo-António um dia se dessedentara, a tantas e tantas outras coisas. O exemplar da *Vita Christi* — o primeiro livro em português que se imprimiu em Portugal — que foi da fundadora, veio a aparecer entre a biblioteca de José Maria Nepomuceno e está hoje encorporado na Livraria legada à Nação por el-Rei D. Manuel II.

Do que se salvou e ides ver merecem citação: a obra de talha do púlpito que, apesar do risco ser considerado de mau gôsto, deixa ficar perplexo quem pára e a olha; os azulejos de perspectiva em que as ruas, flanqueadas por renques de árvores, parecem correr sempre frente a nós, seja qual fôr a posição em que estivermos; a maravilhosa sacristia velha, com sua vida de José do Egito, pintada por André Gonçalves, seu arcaz de ferragens maravilhosas e a veneranda pia de água-benta, de jaspe, que foi de Dona Leonor.

Apar disso notareis um painél de azulejo partido em dois — uma parte do

lado do Evangelho e outra do da Epístola, vendo-se nesta a cabeça de uma ovelha cujo corpo está em frente dela, e notareis também a falta das preciosas grades do côro, grades que... foram, na companhia de muitos azulejos hispano-árabes, parar a certa quinta dos subúrbios de Lisboa, que era propriedade... do restaurador (20).

Do que se fêz no «restauro» só merece elogio o bem proporcionado guarda-vento, obra de Frederico Ribeiro.

O côro, em que o tabernáculo é acrescentamento setecentista das obras do Padre Pacheco (21), ainda é, no seu género, o melhor conjunto que há em Lisboa e ainda conserva pinturas preciosíssimas, entre as quais avulta o chamado *Panorama de Jerusalém*, obra alemã do século XV, oferecida pelo Imperador da Alemanha a sua prima, e onde ela, segundo a tradição, mandou pintar o seu retrato.

No ante-côro, na capela de Santo António, os quadros representativos dos principais passos da vida do glorioso taumaturgo são obra de André Gonçalves e não atestam a excelência do engenho do autor, especialmente o que figura o milagre do pé. Era aqui que se guardava o célebre presépio, cujos restos estão espalhados pelos Museus das Janelas Verdes e Machado de Castro, de Coimbra.

No andar superior do claustim é que, nos capitéis dos colonelos, enxameiam os símbolos maçónicos e se exhibe um comboiozinho de bonecas a penachar fumo!

No pavimento térreo há estuques e umas mísulas em estilo mudéjar, da «famosa» escola do... Palácio de Monserrate, que, segundo parece, têm sido tomadas a sério por eminentes críticos de Arte...

Espalhados pelos pátios, paredes, corredores e à sombra do inconcebível telheiro em estilo manuelino (!?), inspirado no claustim, ostentam-se variados azulejos provindos de vários lados (22). Há-os que foram de conventos (Santa Ana, Albertas), de capelas (Cabo de S. Vicente) e de palácios (Calhariz). Estes, de cariátides, que forram as paredes do claustro grande, vieram do convento das Grilas.

(Continua)

<p><i>Selos</i></p> <hr/> <p>R. da Madalena, 75-3º D. Telefone 2 1514</p> <p>L I S B O A</p>	<p>A. MOLDER</p> <p>CASA DA FILATÉLIA</p> <hr/> <p>COMPRA E VENDA DE SELOS</p> <p>PARA COLECCOES</p>
--	---

Arquivo Geral da Câmara Municipal de Lisboa

Arquivos Portugueses

POR D. FERNANDO PAES DE ALMEIDA E SILVA

(Continuado do n.º 19, págs. 185)

representado no Regimento que o rei D. Manuel deu aos vereadores e oficiais da Câmara de Lisboa no ano de 1502 e também se encontra esculpido no frontão do Palacio Municipal;

Tenho a honra de propôr:

Que seja revogada a referida modificação e esse brazão ou distintivo volte a ser o que consta do alvará de 31 de Março de 1897, com a substituição das ramas de carvalho, pelo colar da Ordem da Torre e Espada, isto é:

Um escudo em campo de prata, tendo ao centro um galeão Manuelino de côr esverdeada sôbre as ondas com dois corvos de sua côr, um á proa e outro á pôpa e as vergas em funeral. Sobre o escudo, a corôa mural de ouro.

Em volta, o colar da Ordem da Torre e Espada.

Á parte inferior, uma fita vermelha com a legenda em letras a ouro: — Mui Nobre e Leal Cidade de Lisboa.»

Com mais esta transcrição e notas que se seguem, julgamos expor, clara e elucidativamente, êste assunto, servindo-nos não só das palavras dos Ex.^{mos} Vereadores que dêle se occuparam, mas, ainda, de mais algumas notas que sôbre a matéria conseguimos colher e aqui passamos a relatar.

Desde meados do século XVII até Junho de 1833 era a bandeira municipal de côr carmezim, tendo, a meio, o emblema da Cidade. Anteriormente a esta época foi branca e carmezim e na aclamação de D. Sebastião foi tôda branca, tendo de uma parte as armas reais e da outra as da Cidade (uma nau com dois corvos). A citada mudança de côr a que nos referimos, no ano de 1833, foi a que a transformou de carmezim em azul e branca, passando em 1871 e 1880 a ser tôda branca.

Ultimamente, segundo o parecer da comissão de Heráldica da Associação

dos Arqueólogos Portugueses, ficaram, oficialmente, aprovadas as armas, sêlo e bandeira da Câmara Municipal de Lisboa, pela Portaria n.º 9.468 emanada do Ministério do Interior nestes termos redigida:

«MINISTÉRIO DO INTERIOR
Direcção Geral de Administração Política e Civil
Portaria n.º 9.468

Atendendo ao que foi solicitado pela Câmara Municipal de Lisboa e tendo em consideração o parecer da comissão de heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Interior, aprovar, nos termos do § único do artigo 13.º do Código Administrativo, a constituição heráldica das armas, sêlo e bandeira daquele Município que é a seguinte:

Armas: de ouro, com um barco exteriormente de negro realçado de prata e interiormente de prata realçado de negro mastreado e encordoado de negro, com uma vela ferrada de cinco bôlsas de prata. A pôpa e a proa rematadas por dois corvos de negro afrontados, Leme de negro realçado de prata. O barco assente num mar de sete faixas onduladas, quatro de verde e três de prata. Coroa mural de ouro de cinco, tôrres. Colar da Torre e Espada. Listel branco com os dizeres «Mui nobre e sempre leal cidade de Lisboa», de negro.

Sêlo: circular, tendo ao centro as peças das armas, sem indicação dos esmaltes. Em volta o colar da Torre e Espada e, exteriormente, entre círculos concêntricos, os dizeres «Câmara Municipal de Lisboa».

Bandeira: quarteada de quatro peças de branco e quatro de negro. Cordões e borlas de prata e de negro. Haste e lança douradas.

Ministério do Interior, 28 de Fevereiro de 1940. — O Ministro do Interior, Mario Pais de Sousa.»

As côres branca e prêta que, presentemente, se usam, já se applicavam nos séculos XVII e XVIII em bandeiras, librés e fardamentos, alfaia de ornamentação e até os próprios Vereadores vestiam dessa côr em actos officiais. Com mais estas notas parece-nos ficar assim explicado, quanto possível, em tão pequeno espaço, tudo o que respeita a emblema e côres da Cidade de Lisboa.

II ÉPOCA

A transcrição feita de parte das actas das Sessões da Câmara lembra-nos a primeira reunião, realizada em 26 de Julho de 1875, nos actuais Paços do Concelho, estando a Mesa da Vereação alojada no Arquivo, por esta instalação ser a que se apresentava então mais completamente edificada.

Não interessa ao estudo presente fazer o relato dessa sessão mas sim descrever a sala do Arquivo em que ela teve lugar. Antes, porém, de fazermos tal descrição, vamos tentar acompanhar o Arquivo ou Cartório Municipal na sua peregrinação através da Cidade desde os tempos mais remotos.

Vários são os locais onde se achou instalado o Arquivo e alguns vamos indicar utilizando certos documentos já transcritos e que atrás citamos ao localizarmos as instalações da Câmara.

É natural que o Arquivo ou Cartório Municipal acompanhasse sempre o Senado na roda viva em que, durante tantos anos, andou, e, pelos documentos assinados pelo «público Tabelião da Cidade», com a indicação do local onde foram escritos, podemos também presumir, em certos casos, onde se encontrava essa colecção da documentação municipal.

Assim, na era de 1364, devia o Cartório da Câmara encontrar-se numa casa

em frente da porta da Sé, como se vê pela seguinte passagem de um documento dêsse tempo, decerto feito nas casas da Câmara:

«...dez dias de Dezembro, na Cidade de Lisboa, ante da porta da Sé, perante Rui Vasques, Alvazil dos avençais e dos Judeus, em presença de mim, Miguel Pires publico Tabelião da dita Cidade e das testemunhas que adiante são escritas...».

Pela consulta de vária documentação concluímos que até 1523 neste local se encontrou sempre a Câmara, e, conseqüentemente, o seu Cartório. A última referência que encontramos, quanto à permanência do Arquivo neste local, é de 1503. Constitue-a um *Assento* que se encontra num dos livros do Tombo da Cidade, o qual, apesar de já transcrito, não é demais repetir:

«Tem a Cidade uma travessa junto da porta de ferro, a qual antigamente foi serventia pública, fica parte dela por baixo do cartório da Câmara...»

A primeira indicação que temos da mudança do Senado é uma Carta Régia de 1523, à qual já nos referimos ao tratar da mudança dessa instituição para Santa Bárbara, começando assim a roda-viva em que andou esta instituição até 1875.

Em 1640, novamente junto da Sé se encontra a Câmara, com o seu Cartório, conforme uma certidão passada no tempo de D. João V e referente a essa época, que assim nos esclarece:

«... Que no tempo da feliz aclamação do Senhor Dom João Quarto, em aquele dia em que foi aclamado, temendo-se alguma revolução, se mandaram meter na Sé todos os livros e papeis do Cartório do Senado, com má arrecadação, e pela não haver boa, se perderam alguns livros e papeis...».

Esta passagem já atrás foi transcrita mas aqui a repetimos para que neste momento se analise, como elemento de estudo sobre o cuidado ou falta dêle que então havia com essa documentação e sua guarda e, ao mesmo tempo, como explicação, até certo ponto lógica e justificativa, da falta de documentação que se nota na Câmara, referente à época da Restauração de Portugal.

Junto da Sé permaneceu a Câmara até 1741, embora, uma parte dela se tivesse separado em 1717 para formar o Senado de Lisboa Ocidental, como a da Sé passou a formar o Senado de Lisboa Oriental.

Em 1741 juntaram-se os dois Senados como já foi dito, no Rossio, formando apenas o Senado da Câmara de Lisboa, e ali se reuniu decerto, tôda a documentação que formava o Cartório dos dois extintos Senados.

Com o Terramoto de 1755, as casas onde se achava a Câmara, ficaram completamente destruídas e o Senado viu-se obrigado, por falta de alojamentos, a mandar construir uma barraca de madeira no Campo de Sant'Ana e Campo do Curral onde se instalaram os diferentes serviços, e, conseqüentemente, o Arquivo.

Em 1756, dado o perigo permanente em que a documentação se encontrava, enviou o Marquês de Pombal o seguinte Aviso de D. José ao Senado da Câmara:

«Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr.

Sendo prezente a S. Mag. o perigo em que se acha o Archivo do Senado da Camara na Barraca de Madeira em que a necessidade o fez recolher no Campo do Curral, entre muitas outras cabanas, das quais se lhe pode facilmente comunicar qualquer fogo que nellas por descuido, ou malicia succeda atiar-se: E tendo o mesmo Senhor consideração ás grandes vexações, e jacturas, que os Seus Vasallos estão padecendo pela suspensão do Depozito Publico: É S. Mag. servido que o Senado encarregue logo o Dezembargador Manuel de Campos e Souza, e o Capitão Eugenio dos Santos de Carvalho, de allugarem as Cazas dos herdeiros de

D. Luiz de Almada sitas na Praça do Rocio; e de fazerem tambem logo sem perda de tempo reparar do precizo para nellas se estabelecerem e guardarem as conferencias, Contos e Papeis do Senado no quarto Alto, e nas Cazas delle, que necessários forem; rezervando-se as outras com todo o quarto baixo e os seos respectivos Armazens para se continuarem as Sessões e se guardarem os moveis do referido Depozito Publico. Assim a despeza dos alugueres das sobreditas Cazas como os reparos que nella se fizerem, serão satisfeitos pelas mesmas consignações que pelas Reaes Ordens se achão applicadas para as outras Obras das Cazas em que estiverem o Senado e o Depozito para se estabelecerem na referida Praça. Obras, as quais S. Mag.^a he outrosim Servido que seião tambem logo medidas na forma do Contrato, que se celebrou com o Seo Empreiteiro Manuel Martins, para o dito Senhor dar providencia ao pagamento dellas onde não chegarem as referidas consignações. Deos G.^a a V. Ex.^a, Paço de Belem a 10 de Junho de 1756.

(a) Sebastião Joseph de Carvalho e Mello»

Demonstra-nos este Aviso Régio qual o cuidado que merecia ao Rei a documentação da Câmara, mas, a-pesar desta determinação, continuou o Cartório na mesma barraca, donde só em Maio de 1758 se mudou para as ditas casas do Rossio.

Ali esteve o Arquivo durante certo tempo sendo transferido depois, sucessivamente, para a Madalena, Boa Vista e, daqui, novamente, para o Rossio, em 1773. Logo no ano seguinte foi mudado, com os diferentes serviços municipais, para o Terreiro do Paço, onde permaneceu até 1780.

Nesta data foi novamente mudado para a Casa da Índia, para, em 1786, voltar ao Rossio, alojando-se então nas casas do Cardeal da Cunha.

Em 1795 foi, juntamente, com a Câmara, mais uma vez transferido para o edificio que, em 1863, foi destruído pelo incêndio, ao fundo da Rua do Ouro, junto ao Terreiro do Paço.

Onde e como se achava instalado este serviço municipal na ocasião de tal cataclismo?

É o que, seguidamente, passamos a descrever.

No rés do chão, do lado da rua do Arsenal, à esquerda do portão de ferro que fica em frente ao primeiro arco, encontrava-se êle alojado e nêle se entrava por dois degraus de pedra.

Logo à entrada havia um pequeno patamar ladeado por dois armários de madeira. Em frente, duas meias portas, encimadas por um letreiro com a palavra *Arquivo*, davam ingresso para uma sala comprida, que, três grossas paredes, construídas até meio da largura desta sala, dividiam nos quatro compartimentos de que o Arquivo se compunha, os quais recebiam luz por sete janelas gradeadas de ferro lavrado.

Junto destas janelas havia armários de pinho pintado onde rêde de arame substitua o vidro.

No meio de cada compartimento havia uma grande banca com quatro gavetas de cada lado.

Do lado direito do já apontado portão de ferro existia o, então, chamado *Arquivo Velho*, constituído por uma sala com duas janelas que deitavam para a Arcada, e, ao fundo desta, em frente das citadas janelas, existiam mais dois compartimentos, tendo, o que fazia esquina para a Rua do Ouro, uma janela que deitava para esta rua e uma outra para a Arcada.

Estas quatro janelas do *Arquivo Velho* eram como as do *Arquivo*, igualmente, gradeadas de ferro lavrado.

A primeira destas três salas tinha, junto às paredes, armários de pinho semelhantes aos do *Arquivo*, e a segunda era inteiramente revestida de estantes ou prateleiras.

Por estas salas serem de abobada não ficaram, inteiramente, destruídos os papéis da Câmara, segundo se conclui do relatório do Inspector de Incêndios, quando do fogo de 1863, muito embora, num requerimento enviado à Vereação, em 1796, por Leandro da Costa Carvalho, que em 1744 entrou para o serviço da Câmara como *Homem da Câmara* (depois chamados Contínuos da Câmara) e chegou a ser oficial da Secretaria do Senado, este funcionário faça a afirmação de ter sido êle quem salvou os livros do Senado.

Fôsse como fôsse o certo é que muito pouco se perdeu em tal incêndio da documentação ali existente e nestas casas se conservou, depois do terrível mal, até 15 de Novembro de 1864, quando se passou para o edificio das Sete Casas, na Ribeira Velha, principiando-se a sua mudança no dia 4 dêsse mesmo mês e ano.

Nas citadas Sete Casas se conservou até à sua mudança, em 1875, para as actuais instalações dos Paços do Concelho, mas não totalmente, pois andou parte dêle por S. Vicente, Pátio Geraldês, antigo edificio do Crédito Predial, em Sto. António da Sé e, por fim foi esta parte ainda dividida, arrumando-se algumas espécies no sótão dos Paços do Concelho e as restantes foram enviadas para o Palácio Galveias, juntamente com os desconexos objectos que constituíram o núcleo formador do Museu Municipal, mais tarde organizado.

Estes objectos encontravam-se, quando da sua transferência, na séde do novo Arquivo Geral, e a êles nos referiremos, promenorizadamente, mais adiante.

Assim, como a Câmara, no seu novo edificio, entrara numa fase de estabilidade de alojamentos, tudo levava a crer que com o Arquivo o mesmo acontecesse.

Realmente, ficando para sempre êste serviço instalado nos Paços do Concelho, breve se deu, como não podia deixar de ser, o seu alargamento. Para tal, como adiante notaremos, teve de procurar, fora dêste edificio, locais onde pudessem ser alojadas e, devidamente arrumadas, as suas espécies.

Antes de entrarmos prôpriamente no estudo da expansão do Arquivo, vamos tentar descrever, embora, resumidamente, as instalações que lhe foram destinadas, no citado edificio da Câmara Municipal.

A decoração era simples e sem pretensões encontrando-se os armários, em que se guardavam as espécies, fechados por uma simples rêde de arame e encostados às faces mais largas dos pilares.

Ao longo das paredes igualmente se distribuíram armários idênticos aos já citados, que, com algumas prateleiras, onde eram expostos os objectos mais tarde levados para o Palácio Galveias, constituíam todos os elementos de que o Arquivo dispunha para a arrumação e colocação das suas espécies.

Durante vários anos assim se conservou com esta simples decoração e mobiliário, igualmente simples, até que, em 1890, o então Architecto da Câmara, José Luiz Monteiro, foi encarregado de desenhar e dirigir a execução de todo o mobiliário, armários, escadaria e vistosa galeria que circunda tôda a sala e dá acesso aos armários superiores.

Com êste arranjo se corrigiu a falta de simetria que nela se notava, e se não tinha sido demolida, como já foi dito, foi por simples economia.

O citado melhoramento custou 10.266\$024 réis, mas ficou em condições de poder servir, naquele tempo, de exemplo e belo modelo a instalações congêneres.

Para o descrevermos vamos-nos servir do que sôbre êle escreveu Raúl Proença.

Nestes termos se lhe refere o citado Autor:

«O Arquivo, instalado no rés-do-chão, do lado esquerdo, é muito notável. Ali se guardam, entre outros documentos, os livros de Consultas e Decretos, que vão desde o reinado de D. Afonso IV até 1833; os regimentos dos officios; os capítulos das côrtes desde 1331-1580; os forais de Lisboa, como os de 1179 e 1500; uma curiosa vista panorâmica da capital do século XVI, etc.

Para mais minuciosa descrição do edificio cf. Picotas Falcão «O Municipio de Lisboa e as casas da sua camara» 1902.»

Seguindo o conselho dado por Raúl Proença, e para mais completo esclarecimento do leitor vamos, em seguida, transcrever o que, sobre o mesmo assunto nos diz Picotas Falcão na citada obra:

«Na opinião das pessoas entendidas em assuntos bibliograficos e entre ellas os falecidos Visconde de Jerumenha e Mendes Leal, bem como na do nosso venerando amigo e Snr. Visconde de Castilho, o arquivo municipal é o primeiro em assuntos referentes a Lisboa e dos primeiros para a orientação das coisas da nossa patria.»

Riquissimo na sua preciosa collecção de documentos, uma grande parte em pergaminho, possui codices de grande valor histórico e forais dos mais antigos, e até, julgamos que o mais antigo que se conhece, o de D. Afonso II, dado à cidade de Lisboa e datado de Coimbra no mês de Maio de 1217 da era de Cesar (1179).

Alem da sua riqueza bibliográfica, possui este arquivo, alguns objectos de grande valor arqueológico, e como tal assim consideramos: uma riquissima collecção dos padrões de pesos e medidas da época de D. Sebastião, que figuraram na exposição de Paris de 1900, muitas medalhas comemorativas de factos históricos e em suma muita coisa que deleita a vista e prolonga a existencia, dando-nos a illusão que vimos de muito longe em peregrinação pela vida de outros séculos.»

Depois desta transcrição ficamos apenas com uma idéa, incompleta e muito superficial, do que foi o Arquivo e do seu recheio no ano de 1902, mas, sem a pretensão de sermos completos, vamos procurar dar mais um pouco de luz nestes esclarecimentos.

Principiaremos, para isso, por nos referirmos ao Medalheiro, composto por 39 exemplares (três repetidos). De entre êles citaremos aquêles que, pelo seu valor histórico e real, merecem referência particular.

Assim, começaremos por:

Uma medalha de cobre, com a effigie de Napoleão III, comemorativa da Exposição Universal de Paris, de 1855;

Outra, do mesmo metal, do tempo de D. Pedro V, comemorando a inauguração do Caminho de Ferro de Leste, em 26 de Outubro de 1856;

Medalha de prata, com as armas da cidade do Pôrto do mesmo lado das reais, e, no verso, a indicação de ter sido cunhada para solenizar a Exposição do Pôrto de 1857;

Outra, do mesmo metal, mandada cunhar pela Câmara Municipal de Lisboa para comemorar a epidemia da febre amarela, em 1857;

Medalha de cobre comemorativa da inauguração, em Lisboa, do monumento a D. Pedro IV, em 29 de Abril de 1870;

Medalha de cobre comemorativa do tricentenário de Camões, cunhada em 1880;

Medalha de prata conferida à Câmara Municipal de Lisboa pelo juri da Exposição Industrial Portuguesa, em 1888;

Seis medalhas comemorativas do sétimo centenário de Santo António;

Medalha de prata comemorativa da visita do rei de Sião a Lisboa em 1897, e por êste oferecida à Câmara em 1898;

Colecção das moedas cunhadas quando da celebração nacional, em 1898, do quarto centenário da partida de Vasco da Gama para a Índia;

Medalha de metal amarelo comemorativa do quarto centenário da Descoberta do Brasil;

Medalha de metal amarelo conferida à Câmara Municipal de Lisboa, na Exposição Universal de Paris, em 1900;

Medalha de cobre comemorativa do primeiro centenário do Marquês de Pombal, em 1882;

Medalha de prata comemorativa do primeiro centenário da Guerra Peninsular. Este exemplar é um dos cinquenta cunhados em prata;

Medalha de 1.ª classe, da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha, conferida à Câmara Municipal de Lisboa, e, medalha de ouro conferida à Câmara Municipal de Lisboa, na Exposição Nacional do Rio de Janeiro, em 1908.

Além destas, outras podiam citar-se, algumas mesmo de carácter desportivo, oferecidas por instituições portuguesas do género.

Digna de nota e da maior admiração é a extraordinária e completa colecção dos Padrões de pesos e medidas. Com alguns destes exemplares, que passaremos a especificar, já a Câmara se fez representar em algumas exposições.

São em metal amarelo:

almude; meio almude; quartilho; meio quartilho; um quarto de quartilho e um oitavo de quartilho.

Os quatro primeiros padrões, do tempo de D. Sebastião, são marcados com as armas reais e, do lado oposto, com a seguinte inscrição:



tendo por baixo alguns, uma seta e a cifra A-S-1575 e, todos, DE LISBOA, no lugar da aferição. Os dois últimos foram mandados fazer em 1826 pelo Senado da Câmara;

um marco de quatro arrobas que se subdivide em dezasseis peças compreendidas, sucessivamente, umas dentro das outras. A última peça, que serve de caixa, tem como as outras, a forma circular e junto à base dois escudos com o gallão e dois corvos com a letra L. no bico.

Por cima têm a seguinte inscrição, em caracteres romanos:

«Este padrão é da Câmara desta Cidade de Lisboa — tem cento e vinte e oito arráteis».

A tampa tem uma argola formada por duas cobras entrelaçadas, rematando com o escudo das armas reais, com a corôa fechada, como começou a usar-se no tempo de D. Sebastião;

padrão de oito arráteis, subdivido em doze peças, de metal amarelo, compreendidas, sucessivamente, umas dentro das outras.

A tampa da última peça que serve de caixa, tem, além do respectivo ponção, o algarismo 8;

um pêso de dois arráteis, em caixa cônica, subdivido em 10 peças de metal amarelo, compreendidas umas dentro das outras;

nove pêsos gramatórios, desde 24 grãos a meio grão;

cadeia de ferro (agrimensora) do antigo sistema;

três pareas. Uma de barba de baleia, outra de metal e outra de junco;

um jogo de medidas antigas, para sécos, tendo tódas o mesmo número (8) e um metro que, parece, é de platina e coberto de latão e foi feito em Paris.

Outras medidas e pesos se poderiam apontar se não bastassem os já citados para se fazer uma idéia desta valiosa colecção.

Do mesmo valor que os objectos já aqui indicados e que, igualmente, se encontravam expostos nos armários e vitrines do Arquivo, são, entre outros, os que passamos a indicar, e bem dignos são de ser admirados:

colar de prata, insígnia de continuo da Câmara Municipal de Lisboa; camartelo de latão galvanizado que serviu para o Rei D. Luiz I colocar a primeira pedra do monumento a Luiz de Camões, em 1882;

chaves da Cidade, em prata, usadas na ocasião de certas festividades públicas, salvas do incêndio que destruiu os Paços do Concelho em 1863;

pena de ouro, oferecida à Câmara pela Comissão Executiva da Imprensa, e que foi utilizada na assinatura do Auto Comemorativo do Tricentenário de Camões, em 1880;

cunho da medalha comemorativa de serviços prestados, por ocasião da epidemia da febre amarela, em Lisboa, no ano de 1857;

seis castiçais de prata com a seguinte legenda: «*Do Senado da Câmara de Lisboa*»;

um alto relevo, em ferro fundido, representando o busto do Marquês de Pombal, em comemoração do seu primeiro centenário;

sêlo branco do extinto Congresso Municipal de Beneficência Pública;

insígnia dos capatazes das antigas companhias de aguadeiros nas ocasiões de incêndio;

sinete que pertenceu à Real Casa e Igreja de Santo António;

bloco de pedra e argamassa da torre mais alta do castelo mouro de Ceuta, tomado em 1415;

dois estandartes, de seda branca, tendo um a antiga divisa da Cidade, e o outro um escudo coroado, igualmente, com a divisa da Cidade de Lisboa;

busto, em mármore, do Inspector de Incêndios Capitão Augusto Ferreira;

bandeira do extinto Concelho de Belém;

uma caixa, em forma de album, forrada de veludo azul, com cantos e fechos de metal, contendo quarenta e oito vistas fotográficas dos principais monumentos de Berlim;

tapete de Rabat;

vários albums fotográficos, quadros, diplômas, cópias fotográficas, aguarelas, pastas com mensagens;

«*Livro de Ouro da Câmara Municipal de Lisboa — 1903*» ricamente encadernado e

um Missal de Pontifical, encadernado em marroquim, vermelho, de Estevam Gonçalves Neto, Bispo de Vizeu.

Além dêstes, mais objectos e vária documentação se encontravam expostos, sob a melhor ordem, no Arquivo, constituindo o núcleo inicial da colecção do Museu Municipal das Galveias, pois para ali foram transferidos quando da formação dele.

Além destas preciosidades, outras ali se guardavam, de natureza bibliográfica, a que adiante nos referiremos detalhadamente.

Estavam tôdas estas espécies, metódica e ordenadamente, distribuídas e expostas em vitrines, estantes e suportes, sendo, nessa época, digno de ser visitado e admirado êsse departamento municipal.

Tinha, por assim dizer, a dupla função de elemento necessário ao funcionamento da máquina municipal, com as informações e elementos fornecidos e precisos para o expediente da Câmara, e, ao mesmo tempo, de Museu Municipal.

Era superiormente interessante e consciencioso o critério que presidia à colocação e ordenação das espécies ali expostas, mas, demasiadamente, limitado

(*Continua*)

Lisboa na Numismática e na Medalhística

PELO DR. EDUARDO AUGUSTO DA SILVA NEVES

Conferência realizada na sede do Grupo "Amigos de Lisboa",
em 15 de Maio de 1941

Sr. Presidente
Minhas Senhoras
Meus Senhores
Presados Confrades

ESTA, a que chamaremos — palestra — no seu significado, mais simples —
conversa — resume-se a breves notas e apontamentos sobre o assunto
enunciado no título.

Se houvesse que fazer conferência, ou falar de cátedra, sobre assunto
tão vasto e importante o meu lugar seria aí em baixo como ouvinte ávido de saber,
e quasi leigo no assunto, e alguns dos de V. Ex.^{as}, hoje amáveis ouvintes, aqui a
preleccionar.

Por expoentes máximos, nesta particular cultura, alguns de vós, tão bons
e tão grandes, quasi me confunde fitá-los e falar-lhes.

Praza a Deus que não tivessem vindo como censores, creio bem que vieram
por generosa amabilidade, que sobremaneira me penhora e cuja benevolência, bem
como a de todos V. Ex.^{as} antecipadamente agradeço, solicito e espero.

A V. Ex.^a Senhor Presidente agradeço as vossas palavras tão gentis, fruto
mais, da nossa amizade, que muito prezo, que, da justa apreciação dos meus
apoucados méritos.

Aos que vieram, por mim, a minha gratidão.

Foi Lisboa, nesta série de palestras, batida e rebatida, havia que agitá-la
também neste pormenor — A Numismática e a Medalhística. — Tomei esse encargo,
e assim no intervalo entre o possível assédio, aos perniciosos efeitos de algum
bacilo de Eberth ou Pfeifer por obrigatoriedade profissional e a gestação in-mente

de qualquer plantação, por imposição de administração agrícola caseira, recreei o espírito, — mau grado V. Ex.^{sa} — na elaboração desta palestra, meras notas e apontamentos sobre o assunto, só servindo de lenitivo à minha máguia por ela não ser boa a certeza de que as seguintes serão melhores. E não será difícil assim ser; esta é que estava de antemão condenada a ser assim pelo brilho dos que me precederam e eu não poderei sequer igualar.

Era mister ilustrá-la e não podendo como fez o nosso ilustre consócio Sr. Mário Sampayo Ribeiro que ora nos preside, na sua última e bela palestra sobre S. Carlos, que foi interessante lição, ilustrá-la com exemplos de bel-canto, por não haver cantatas ou motetos numismáticos, nem mesmo a poder de muito dinheiro, resolvi ilustrar as modestas palavras que vou proferir, com alguns exemplares da minha colecção, também aliás modesta; que melhor falarão, na sua mudez de bronze, cobre e prata, realçada pela arte dos seus lavrantes, do que eu nas simples legendas com que as irei apresentar a V. Ex.^{sa}.

A questão da duração da palestra, é assunto difícil; mais que uma hora, é notoriamente muito e cansa, menos que meia hora, não vale a pena a deslocação.

Eu prometo ficar no intermédio, levarei certamente mais que meia hora, mas, prometo, descansem V. Ex.^{sa}, não atingir a hora.

Iniciarei as referências reportando-me no alvorecer da Nacionalidade.

Porque, cabeça de Império desde há muito, é obvio que aqui em Lisboa, nossa terra, tivessem sido batidos e cunhados os seus numismas; o que é certo, é que alguns têm recordação intrínseca particular da sua terra de origem — a nossa.

Embora desde D. Afonso II, em Lisboa se tenham batido moedas, só no reinado do Rei Formoso, as moedas começam a aparecer tendo referência gravada do seu local de origem, ou o «L» inicial da nossa cidade, ou «Lisboa» por extenso como acontece num torneiz. Depois, é isso vulgar, nos reinados subsequentes desde o de De Boa Memória, passando, pelo Eloquentes, Africano, Príncipe Perfeito, e Venturoso, até ao Restaurador e D. Pedro II.

E junto com as marcadas com o «L» de Lisboa, aparecem as iniciais de outras terras do nosso vasto Império, cantonando as cruzes dos reversos ou enchendo os exergos ou perdidas no meio dos campos das moedas.

E então é o «B» de Baía, o «R» do Rio, o «M» de Minas Gerais, como antes nos primórdios era o «B» de Braga, o «E» de Evora, o «P» do Porto e até o «M» de Milmanda e o «Ç» de Çamora e até mesmo o «S» de Sevilha nas moedas de D. Beatriz, filha do Rei Formoso e da Flôr de Altura e o «T» de Toro nas de D. Afonso V.

Em tudo se vê e tudo o atesta que não só Portugal não é um País pequeno, mas também foi um enorme e é um Grande Império, que Deus quererá continue uno e livre como hoje e sempre.

Falei em batidas e cunhadas, sim, batidas de início, privilégio primeiro da Sé de Braga, depois privilégio Real na vigência de D. Afonso II, sendo os moedeiros agremiados com prerogativas especiais.

Houve em várias terras, casas da moeda, e a de Lisboa deambulou desde a Pedreira até à Calcetaria passando pelo Limoeiro e Terreiro do Paço, para se fixar mais tarde, em 1720, na Ribeira da Junta do Comércio, onde hoje ainda está, embora a findar o seu estádio.

Sempre ocupou lugares de tomo, Paços Reais, Paço das Escolas, Casa da Índia, etc., tendo até alguns dos Paços tomado a sua designação.

Cunhadas depois, desde 1678, no primeiro engenho, feito em bronze, existente em Portugal, que já tivemos ensejo de ver, na nossa visita ao Museu Arqueológico do Carmo, onde está.

Esse móvel tem uma legenda gravada, que diz: «Sendo regente destes Reinos o Príncipe Dom Pedro Dom Luiz de Menezes Conde da Ericeira do Seu Conselho e Vedor da Fazenda da Repartição da Índia mandou mudar a Fabrica da Moeda

de martelo a esta empresa (sic) por se evitar o serciar-se a dinheiro — anno 1678 J. de Oliveira me fez em Lisboa.»

Por essa época, foi introduzido em Portugal, o uso da serrilha nas moedas de ouro e prata, invento de Manuel Rodrigues da Silva que foi abridor de cunhos da Casa da Moeda de Lisboa por volta de 1680.

Dos exemplares que vos trouxe chamo a atenção de V. Ex.^{aa} para algumas «Meias barbudas», «pilartes», e «tornezes» de D. Fernando, «ceitis» e «reais» de D. João I, D. Duarte, e D. Afonso V, e um tostão de prata de D. Manuel I; em tôdas está bem visível o «L» de Lisboa e nalgumas de D. João I há sinais ocultos que indicam a mesma origem, como seja, o ponto dum dos reais e a espécie de palma ou seta dum outro exemplar.

No reinado de D. João II, nascido em Lisboa, em 1455, aparecem moedas de ouro — os Justos — com o soberano de frente assentado de Corôa e ceptro e no de João III e D. Sebastião, ambos também lisboetas, vemos aparecer o nosso padroeiro S. Vicente com a sua palma de Martírio nas moedas de ouro que tinham o seu nome — S. Vicentes e $\frac{1}{2}$ S. Vicentes.

Mais tarde aparecem nas moedas as effigies reais e então veremos a de alguns reis lisboetas, D. João V nascido na freguesia dos Mártires, e os seus sucessores como nós alfacinhas de nascimento D. José, D. Maria I e seu marido e tio D. Pedro III, D. Pedro V nascido no Paço das Necessidades, como seu irmão e sucessor D. Luiz, D. Carlos I nascido no Paço da Ajuda e D. Manuel II. Os soberanos intermédios que não cito não são naturais de Lisboa, D. João VI nasceu em Queluz, D. Maria II no Rio de Janeiro, seu pai D. Pedro IV e seu tio D. Miguel em Queluz. E tendo acabado, Realmente com as citações numismáticas passemos à medalhística.

Na Medalhística, principalmente na comemorativa, andam os fastos da Cidade largamente representados.

Numas medalhas vemos a representação da própria Cidade, quer nas suas perspectivas ou figurações alusivas e alegóricas, quer nas suas armas, monumentos ou edifícios. Noutras são simples legendas ou referências, a acontecimentos cidadãos, ou ainda, a reprodução de vultos lisboetas ou de cenas referentes a realizações em Lisboa efectuadas.

Não nos referimos às medalhas cunhadas em Lisboa, que à cidade ou à sua vida se não refiram; por ser Lisboa o local de cunhagem da maioria das medalhas portuguesas, por serem aqui as principais oficinas, a sede da Casa da Moeda e a residência dos nossos maiores artistas, neste particular. Aludiremos ocasionalmente a algumas passagens, inéditas umas, pouco conhecidas outras, interessantes ou relacionadas com as espécies que citarmos, algumas das quais. V. Ex.^{aa} verão também nos exemplares que vos trouxe.

Começaremos por referir uma das mais antigas — 1630 — a que regista, embora não comemore, o desacato de Santa Engrácia, evocado com propriedade e colorido — quasi in-loco — a quando da palestra ao ar livre em Santa Clara proferida pelo nosso confrade o mimoso poeta Sidónio Miguel.

Servia essa medalha de insígnia aos Irmãos da Confraria dos Escravos do Santíssimo Sacramento, então formada como desagravo ao desacato.

Temos depois, em 1720, a relativa à fundação da Academia Real de História, numa época de esplendor que até foi notôriamente rica em valores mentais; D. Manuel Caetano de Sousa, o seu herdeiro e parente, D. António, Rafael Bluteau, etc.

A Academia, foi fundada em 8 de Dezembro de 1720 e nela se iniciaram os estudos oficiais da numismática, tendo D. António Caetano de Sousa na sua História Genealógica da Casa Real, feito o primeiro estudo de conjunto da numismática, da medalhística e da sigilografia nacionais, iniciadas — posto que acidentalmente por Manuel Severim de Faria em 1655, nas suas Notícias de Portugal.

A medalha a que nos estamos referindo, foi mandada cunhar pelo Marquez de Abrantes, e para ela fez o projecto e o desenho, o nosso conterrâneo e ilustre pintor Vieira Lusitano, — Francisco de Matos Vieira nascido em Lisboa em 1699 — autor do desenho que apreciámos na Basilica dos Mártires, e que a última edição da Lisboa Antiga reproduz.

Vem depois o terramoto de 1755, que, nos seus horrores deu origem a várias comemorações medalhísticas feitas no estrangeiro. Essas medalhas apresentam perspectivas da Cidade, antes, durante, e depois do sismo.

Em 1758 dá-se o atentado contra D. José I, que deu origem ao famoso processo dos Távoras, e o Rei, em acção de Graças, por não ter morrido, fez em 1760 erigir um templo em — Memória — do facto, daí o nome porque é conhecido o Templo da invocação de Nossa Senhora do Livramento na Calçada da Memória em Belém. O templo é de mármore, do risco do architecto Bibiena e nele jazem os ossos do Marquez de Pombal, que durante muito tempo estiveram na Capela das Mercês. A primeira pedra data de 1760, mas a sua conclusão, deu-se reinando já D. Maria I.

Há medalhas, referentes ao facto, de vários tipos, em ouro, prata e cobre, com modulos e cunhos diferentes, assim diz Lamas e o refere o nosso confrade Cordeiro de Sousa numa comunicação à Comissão de Numismática da Associação dos Arqueólogos, publicada depois na sua Revista de Arqueologia. Na Biblioteca Nacional de Lisboa há uma gravura francesa a talho doce, e um particular possui mais três, tôdas diferentes e com legendas escritas em francês e que se referem e reproduzem medalhas alusivas ao atentado, mas que não são nenhuma das descritas quer por Lamas, quer por Lopes Fernandes.

Creio que nunca foram cunhadas.

Verão a fotografia da gravura que existe na Biblioteca Nacional de Lisboa, e cuja descrição serviu de tema, a uma recente comunicação minha na Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Devo, o conhecimento dessa gravura à amabilidade de Ernesto Soares.

Nalgumas das medalhas cunhadas, uma das faces reproduz a planta do templo referido.

Em 1775 inaugura-se em Lisboa, a Estátua Equestre, facto que deu origem a várias medalhas de ouro, prata e cobre com variantes e até a uma peça de teatro da autoria de Costa Cascais.

Verão V. Ex.^{as} as de prata nas duas variantes e uma de cobre. A colecção Vieira da Silva possui também a de ouro.

No anverso vê-se a estátua, sendo as variantes, na posição da cabeça do Monarca e na do vulto que representa a Africa.

No reverso, reproduz-se o baixo relêvo da autoria de Machado de Castro, onde a Cidade está representada, que figura na base do monumento.

Estas medalhas foram cunhadas na Casa da Moeda de Lisboa.

Por essa época Bartolomeu da Costa e José de Figueiredo, aproveitando os estudos então feitos, obtiveram uma porcelana com que fizeram, placas, medalhas e camafeus para anéis, etc., sendo de referir a placa que reproduz a Estátua e o Engenho que a suspendeu, ideado pelo Tenente-General citado.

Em 1771, o nascimento do Príncipe D. José filho de D. Maria I e de seu Tio D. Pedro III, tornou realizável a promessa da Rainha de erigir um templo se tivesse um filho varão.

É o templo da Estrela, a Basilica do Coração de Jesus onde jaz D. Maria I e que só teve início apoz a morte de D. José I, seu pai. A êsse templo se ligam a reforma das ordens militares e a introdução do Coração nas suas insígnias. O risco do edificio foi de Reinaldo dos Santos — há nomes que teimam em ser illustres na história da arte — e dirigiu as obras António José da Cruz Sobral que no fim da obra viu recompensados os seus serviços, com a Comenda de Cristo, e... a

madeira dos andaimes e tapumes, que chegou — diz-se — para os prédios que aqui no Chiado, ficam ali defronte, entre a antiga Rua de S. Francisco, hoje Rua Ivens e a Rua Nova do Almada.

A passagem para Colégio da Invocação da Conceição — o Real Colégio dos Nobres — da Casa do Noviciado da Cotovia, dos Padres da Companhia de Jesus, o precursor da Escola Politécnica que deu o nome à rua, e que actualmente é a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa; deu origem em 1761 a uma medalha insígnia dos seus alunos, — primitivamente em número de 100 pensionistas com fôro de moço fidalgo. Na medalha figura a legenda: «Colégio Real de Nossa Senhora da Conceição», o escudo português e os emblemas das ciências lá professadas.

As medalhas eram de prata fundida e dourada.

O primitivo edifício do Colégio ardeu em 1843, e lá nasceu depois o actual edifício, onde, na fachada, estão as colunas que foram do Convento de S. Francisco aqui vizinho. Tem anexo o lindo jardim e os belos museus e laboratórios onde têm pontificado alguns vultos ilustres da nossa ciência e da nossa terra. Fui lá aluno dos falecidos General Freire de Andrade, e dos Doutores Baltazar Osório, e Eduardo Burnay, que eram médicos e do Professor Rui Teles Palhinha recentemente jubilado em pleno fulgor intelectual.

O Marquez de Pombal, na sua época, e até depois, deu origem a medalhas e a uma moeda, esta a quando do centenário. Das medalhas são de referir duas que verão; uma mandada cunhar por Luiz de Brito, Contador Geral do Real Erario, em 1771. No reverso dessa medalha figura Hércules oferecendo a Lisboa pomos de ouro, e no anverso vê-se o busto do Marquez. A outra mais recente, pois data de 1882 época do seu primeiro centenário é de autoria do gravador Cassiano Maia e na legenda do anverso resume em 14 retângulos os dados biográficos da vida e obras do homenageado.

A moeda é de prata data de 1910, de valor facial de 500 réis e tem no anverso a effigie do Monarca então reinante, D. Manuel II e no reverso o busto do Marquez.

A Sociedade Flora e Pomona realiza em 1854 uma exposição de plantas quasi tôdas tropicais. Era seu presidente o Rei Artista e cunharam-se medalhas para prémios, gravadas por Borja Freire, o primeiro prémio coube à colecção de fetos de Bento António Alves.

Em 1856 os alunos da Escola das Necessidades — fundada como a de Mafra por D. Pedro V — usavam uma medalha quando premiados.

Essas medalhas eram de prata e foram gravadas por Gerard, por essa época gravador da Casa da Moeda de Lisboa.

Por ocasião da epidemia da febre amarela a Câmara Municipal de Lisboa, e bem assim a dos Olivais, cuja área está hoje quasi tôda encorporada na da Cidade, instituíram uma medalha para galardoar os beneméritos serviços nesse terrível ano de 1853. Eram de prata e houve uma de ouro para D. Pedro V, que bem a mereceu.

Essa medalha tem no anverso a figura de Lisboa e o seu escudo e no reverso a inscrição: «A' devoção humanitária». São de ler e meditar as palavras do Monarca, quando da entrega da medalha que lhe foi atribuída. Retrato de um Homem, e espelho de uma Alma.

Em 1852 realizou-se no Terreiro do Paço sob a protecção de D. Fernando II a primeira exposição agrícola e para ela se fez uma medalha de cobre com as effigies do Soberano e da sua Regia Consorte.

Eram também obra de Borja Freire.

Em 1856, luzido grupo assistia à partida do primeiro combóio da linha de Leste e tomava parte na acidentada viagem, de Lisboa-Santa Apolónia ao Carregado.

Ao facto se refere uma medalha então cunhada, que numa das faces reproduz

a cerimónia da bênção da locomotiva, pelo então Cardial Patriarca de Lisboa, na presença da Família Real e da Côrte, que também se vêem representados na medalha.

Em 1863 nas salas do Teatro de D. Maria II, D. Luiz I distribuiu medalhas de prata e de cobre aos concorrentes da Exposição Industrial e Fabril, então ali realizada.

Inventariar, descrevendo tôdas as medalhas que a Lisboa se referem, seria tarefa meritória posto que longa e fastidiosa decerto para uma palestra. Assim, referiremos em detalhe, mais duas ou três, anteriores a 1870 e passaremos em citação sumária, com ligeiras excepções, as de então para cá; pois são quasi avalanche, que lamentavelmente diminuiu e pena foi, pois a medalha além de nítido marco da actividade artística, é forte e segura, por duradoura, fonte histórica.

Entre as primeiras a referir não devo deixar sem citação a da dotação generosa distribuída por D. Maria I à Real Academia das Ciências de Lisboa em 1783.

Esta dotação, data de Novembro de 1783 e tinha como base a terça parte dos lucros de uma lotaria da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Nesse mesmo ano por aviso de 13 de Março, já a Soberana tinha dado à Academia o título de Real, declarando-se sua protectora.

Merecem também referência as medalhas comemorativas da chegada a Lisboa do Senhor D. Miguel I em 1828 e a do nascimento do malogrado Rei D. Pedro V, ocorrido no Palácio das Necessidades em 1837.

De então até 1870, data da inauguração do Monumento que ainda hoje ornamenta o nosso Rocio, citarei quatro medalhas que se ligam à vida de Lisboa.

A medalha referente à inauguração do monumento a Camões, obra de Victor Bastos, a que presidiram os Reis D. Luiz e D. Fernando e cerimónia em que se tocou a marcha «Camões» da autoria do maestro Guilherme Cossoul. A medalha foi gravada por Frederico de Campos.

Em 1867 também Charles Wiener, que já em Bruxelas tinha gravado a medalha comemorativa do casamento de D. Pedro V, passou por Lisboa e entre outras obras gravou uma medalha com motivos do convento dos Jerónimos.

Finalmente em 1870 no Rocio, foi inaugurada a estátua de D. Pedro IV e isso deu origem a uma medalha que tem a effigie do homenageado e foi gravada por Molarinho.

Referirei um pormenor do acto inaugural, em requinte de graça sua Majestade a Rainha Senhora D. Maria Pia, e as suas Damas de Honor, por indicação Sua, curvaram-se em vénia discreta ao aparecer a estátua do Avô do seu Régio Esposo. Símbolo de educação e delicadeza duma época, que, posto que recente nos parece às vezes tão distante.

Por disposições officiais, umas, por espírito mercantil, outras, quem percorrer com atenção uma boa colecção de medalhas encontrará exemplares a atestarem a realização em Lisboa de vários acontecimentos.

Em 1879 pela Associação Musica (sic) 24 de Junho são inaugurados em Lisboa os concêrto clássicos para o primeiro dos quais, dedicado ao maestro Espanhol Barbier se gravou uma medalha.

Em 1880 tiveram lugar em Lisboa as festas comemorativas do tricentenário de Camões e nesse mesmo ano por inspiração dum modesto empregado comercial se fundou também o Ateneu Comercial de Lisboa, facto êste que uma medalha comemora.

Parece-me que, por possuir, mercê do acaso, alguns dados, creio que, inéditos, da gestação desta agremiação, merece determo-nos um momento.

Na rua Augusta, em que arruavam os mercadores, e por isso lá foram estabelecidos os meus bisavô e avô que o eram de profissão; havia por essa época — 1880 — uma loja hoje desaparecida já, fundada em 1874, que girava então sob

a firma Tomé Lima & Irmão, que depois veio a ser Tomé Lima & Loureiro e por fim, J. Loureiro e Correia e nela estava empregado um rapaz alto e magro, dado às letras que se chamava António Vito Viegas Lima, parente do dono da casa, e amigo ou afim do tribuno liberal contemporâneo o Dr. Sebastião de Magalhães Lima.

Diz-se, até, ter sido êle, o António Vito, quem sugeriu ao amigo o título do jornal que o tribuno veio a fundar e dirigir em 1881: «O Século». Teve também a ideia, de comemorar o centenário do Epico, com uma realização de tomo e ao geito da época, e êle mesmo, com amigos endereçava à classe comercial, patrões e empregados, as circulares para a fundação do Ateneu Comercial de Lisboa que nesse ano teve lugar. Depois de uma estadia na ilha da Madeira, pertinaz doença pulmonar, veio a vitimá-lo em 2 de Janeiro de 1885 e êle que em vida tinha sido apologista da inceneração, veio, sim, a ser queimado depois de morto, mercê de um incêndio que no 2.º andar do prédio então N.º 36 da Praça de Camões se ateou na sua própria câmara ardente.

Nesse prédio foi no 1.º andar a séde da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses, há pouco em brilhante e recente conferência evocada, pelo nosso illustre consócio Dr. Alfredo da Cunha, agremiação essa também em 1880 fundada e que uma medalha também comemora.

Anos passados, o retrato de António Vito, óleo do pintor Paloma y Frias appareceu num leilão da Liquidadora da Avenida e um seu amigo e companheiro, e até auxiliar na escrita de propaganda da sua iniciativa, o adquiriu e ofereceu ao Ateneu onde está.

Esse companheiro é o meu querido amigo, cliente e compadre, probó commerciante, antigo director do nosso Monte Pio Geral o Ex.^{mo} Sr. Joaquim de Sousa Loureiro, velho freqüentador de S. Carlos, que com os seus oitenta anos feitos, passe a indiscrição, se mantém cheio de recordações e memória prodigiosa prenhe de informações valiosas da vida do seu estabelecimento e relações.

Eu, nado no ano do último centenário Antoniano — 1895 — não vi o que vou relatar, mas às vezes o tímpano substitue a retina, como no caso presente, em que o vivo colorido realista de quem contou nos fez antever. Foi o que aconteceu.

Por êsse estabelecimento, localizado mais para cima e do mesmo lado do do velho Pinheiro das fazendas, onde o seu primeiro dono tinha sido empregado e era freqüentado por Alexandre Herculano, passaram os vultos notáveis dos Conselheiros Ramada Curto, tio do actual comediógrafo, Doutor Tomaz de Carvalho, Professor Carlos Tavares, o Deputado Liberal depois Barão de Bertelinho o Desembargador Dr. João António Rodrigues de Miranda, Avô de minha mulher e fulcro destas reuniões; o Duque de Avila, os Generais Avelar Machado, Par do Reino, e Dr. Emílio de Oliveira, médico e tantos outros até, nos mais recentes os Conselheiros Hintze Ribeiro e João Franco.

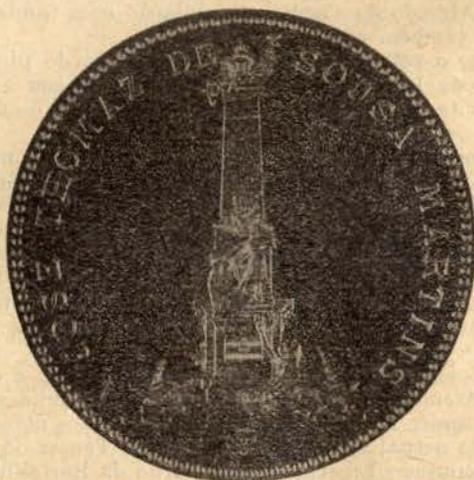
Era de ver, tanto como de ouvir, aí pelos meados de 1890, nas tardes amenas de verão, enquadrados entre rimas de cheviotes e sorrobecos, nessa loja com os N.ºs 126 a 130, da rua Augusta, onde só passavam os americanos pachorrentos, os vultos hirtos dos comparsas desta tertúlia, sentados em bancos de palhinha, a começar pelo dono da casa, de chapéu alto, e alto a valer e sobrecasaca à Directorio, discutindo a Exposição de Paris com o «dandy» no traje e no espírito do Conselheiro e Par do Reino o Agrónomo José Inácio Ferreira Lapa, recente Comissário Português à referida Exposição, quando êste classificava o certamen de: — «Mais do que superlativo», — ao que Tomé Lima retorquia com ênfase — «o que é mais que superlativo? —». O Conselheiro concentra-se e responde sêco: — «Mais que superlativo é... ir ver!».

Não menos curioso, seria ouvir, os facetos colloquios entre Ferreira Lapa e o seu colega Silvestre Bernardo Lima, como o primeiro Professor illustre de Agro-

nomia e Académico distinto, mas desleixado no traje e na pessoa sôbre a utilidade do penteado e o prejuízo da caspa, encarecidos pelo primeiro, e ao que o segundo, bonacheironamente contrapunha, ser essa opinião a negação das teorias agronómicas, pois era o adubo a fonte perene de largas produções, e... os cérebros estavam por baixo e precisavam produzir.

Ora, passava sereno, afável e palaciano, o Prof. Doutor Tomaz de Carvalho, o da «Médica Palestra», Director da Escola Médica, e Provedor da Misericórdia com a sua nívea barba, de luneta pendente de larga fita de seda preta, contrapondo a sua serenidade propedeutica aos exageros do futuro Barão de Bertelinho, quando vindo do outro lado da rua, o Dr. João António Rodrigues de Miranda, então Juiz em Abrantes logo após a ter sido agraciado com o título referido, atravessa a rua, de index espetado e lhe dispara um affectuoso— «Tu Barão!» — caindo-lhe nos braços.

Era o Duque de Avila envolvido no seu largo cache-nez, e o Dr. Emílio de Oliveira, Comendador, General Médico, e solteirão impenitente, contando o seu pas-



Anverso da medalha de Sousa Martins.
Modêlo de Simões d'Almeida (Sobrinho)
Gravura de Carvalho e Silva.

sado de rapaz como o Conselheiro Ramada Curto, também médico, referindo a sua vida de Africa.

Por lá passaram muitos vultos notáveis, até o Venerando Padre Cruz, alcochetano de nascimento, que em proveta idade, ainda por aí deambula mais vivendo no céu, do céu e para o céu do que na terra.

Mas... agora reparo que, tendo descansado do pêso dos metais, das medalhas me esqueci, recordando a velha Baixa onde nasci e a que tanto quero.

Que mo perdõem e prossigamos que o têrmo está breve, mas antes direi ainda, inspirando-me no mesmo local, onde pontificaram tantos outros, os Drs. Brillhante o Médico Homeopata convicto, Manuel Bento de Sousa, o do nervo gustativo e

do «Dr. Minerva» o Agrónomo José Maria Teixeira, o poeta Manuel Duarte de Almeida, o inspirado autor do soneto Aromatografia e das Estancias ao Infante D. Henrique, ultimamente evocado por Ricardo Jorge na interessante colectânea Céu e Azul, o Conselheiro Menezes Juiz do Supremo Tribunal, e o seu colega, o também illustre magistrado Visconde de Rio Sado; porque vem a propósito, e, até de índole médica, porque é ditética.

Um dos membros da tertúlia tinha dieta prescrita por médico afamado, e que encarecia a um tempo, mas, caiu uma vez em contar o deslize duma lagosta saboreada na véspera, ante o pasmo, quasi censura dos circunstantes, emendando returque apressado:— «Sim, porque o estômago e o organismo precisam de quando em quando de uma espevitadela...».

Estava-me a parecer insoussa deveras a prelecção e servi a V. Ex.^{aa}, à guisa de lagosta a tertúlia da rua Augusta cuja génese e descrição pormenorizada, ainda hei-de oportunamente referir.

Voltemos pois à dieta prescrita nos avisos convocatórios, e longe já da entrada, estamos, felizmente para V. Ex.^{aa} quasi na sobremesa.

O Centenário do Marquez de Pombal em 1882 deu origem a várias medalhas, algumas usadas pelos estudantes de então; a que vos trouxe foi usada por meu pai, então aluno do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, que funcionou no Largo do Conde Barão e onde mais tarde eu também iria frequentar a cadeira de química hidrológica regida pelo sábio Professor Charles Lepierre.

As obras do Porto de Lisboa em 1887, o centenário de Santo António em 1895, o Congresso Católico por essa época realizado e bem assim a fundação coeva do Asilo Escola Santo António de Lisboa, iniciativa do ourives lisboeta Luiz Pinto Moutinho cujo nome assinala uma rua no local, o centenário da Índia em 1898 que também originou a emissão de uma colecção de moedas em prata, o levantamento do primeiro monumento a Sousa Martins em 1900, monumento hoje demolido e substituído no mesmo local pelo actual tudo deu origem a medalhas comemorativas.

Desta última medalha damos a reprodução do anverso na gravura junto.

O quinquagésimo aniversário da Associação de Empregados no Comércio de Lisboa em 1904; o trigésimo aniversário da Sociedade de Geografia de Lisboa em 1905, e o décimo quinto Congresso Internacional de Medicina inaugurado em 1906, ano em que também se inaugurou o actual edifício da Faculdade de Medicina de Lisboa, e que a Lisboa trouxe as maiores sumidades médicas internacionais e em que a operosidade de Miguel Bombarda fez com que os seus amigos e colaboradores lhe mandassem cunhar uma medalha, foram origem de idênticas comemorações medalhísticas.

O quinquagésimo aniversário do Colégio de Campolide em 1908, a aclamação de D. Manuel II nesse mesmo ano, a décima Conferência Internacional Telegráfica reunida em Lisboa em 1908, deram também aso a medalhas comemorativas, a que se não eximiram também os zoófilos mandando cunhar uma medalha referente à Exposição Canina realizada no ano em questão.

A implantação da República em 1910 deu origem a uma medalha e a uma moeda comemorativas, tendo esta no reverso um caduceu com um machado, pelo que o povo dizia ser alusão ao primeiro apelido do fundador da República.

Ultimamente João Silva gravou uma medalha comemorativa do centenário de Regia Escola de Cirurgia de Lisboa em 1925 e de igual forma foi comemorado o — Anno X — da Revolução Nacional.

Por a mesma época foi cunhada uma medalha de homenagem ao Sr. Presidente do Conselho Doutor Oliveira Salazar e por ocasião da Exposição do Ouro a bordo da nau Portugal fez-se uma medalha simulando os velhos e grossos dobrões de D. João V.

As comemorações Centenárias do ano findo devem ser assinaladas por uma

medalha em projecto; para as competições das marchas dos Bairros de Lisboa, também se gravaram duas medalhas pela mesma época.

Não referirei, por serem nacionais, as medalhas comemorativas dos casamentos reais, — as dos três últimos reinados anteriores a D. Manuel II e trouxe-vos as referentes a D. Pedro V e D. Luiz I, das quais a primeira em prata pesa 250 gramas.

Insígnias de lapela de Congressos realizados em Lisboa, medalhas comemorativas de romarias, festejos e diversões lisboetas há muitas, grande parte devidas à iniciativa comercial duma casa cidadina, já desaparecida, a Mascote que foi na rua do Ouro. Para não alongar, resta referir-me a vultos grandes da Numismática.

Começarei pelo Cirurgião-Mór do Exército o Dr. Augusto Carlos Teixeira de Aragão e pelo Académico Manuel Brenardo Lopes Fernandes, ambos lisboetas de nascimento e os maiores escritores sobre o assunto.

Hoje, três nomes avultam neste particular de escrever, sobre moedas, o Engenheiro Raúl da Costa Couvreur, coleccionador decerto hoje, o maior de moedas nacionais e o Dr. Pedro Batalha Reis cujo recente estudo sobre morabitanos é marco notável no assunto, e sobre medalhas o coronel de artilharia Henrique de Campos Ferreira Lima o ilustre poligrafo Director do Arquivo Histórico Militar o primeiro e o último nossos consócios e todos nossos conterrâneos.

Não devemos esquecer os notáveis trabalhos sobre gravadores de medalhas do nosso consócio o eminente Académico e distinto médico Dr. Luiz Xavier da Costa.

Coleccionador destas espécies olisiponenses (moedas, medalhas, cédulas, etc.) como sempre o primeiro quer em número de espécies como em saber o nosso sócio de mérito, engenheiro e Académico, Mestre Augusto Vieira da Silva.

É também lisboeta e actual Presidente da Comissão de Numismática da Associação dos Arqueólogos Portugueses, o modesto palestrador de hoje.

Não quero deixar de referir três nomes humildes de antanho que foram olisiponenses e a este particular estão ligados.

Roque Francisco — «Ensaaiador-mór das Casas da Moeda dêste Reino» que em 1757, publicou o: «Verdadeiro resumo do valor de ouro e prata», que o Dr. Agostinho de Azevedo Monteiro, assim apreciou em verso:

N'este livro, onde tudo
Leitor, hé mais do que alcanço
Encontra o sábio descanso
Acha percebidos o rudo.

Vasco Gonçalves um dos primeiros abridores nomeados, de Lisboa onde era ourives em 1454 e o já referido Manuel Rodrigues da Silva, abridor de cunhos em 1688, o inventor da serrilha para impedir o cerceio.

Na actualidade, têm aura, e justificada, dois gravadores, trabalhando em Lisboa, o nosso consócio o escultor medalheiro Sr. João da Silva, e o antigo gravador da Casa da Moeda de Lisboa, Domingos Cívens Alves do Rego, que gravou entre outras as medalhas para o Asilo de Santo António, a moeda de prata comemorativa do centenário da Nacionalidade, e ultimamente as medalhas destinadas às competições desportivas do Colégio Militar, que também vos trouxe.

Muito mais haveria a dizer sobre moedas e medalhas e desta nossa Lisboa tão numismática, que até o Povo diz que à moeda se referem às iniciais dos seus transvias: — «C. C. F. L.» — Companhia Carris de Ferro de Lisboa que o povo

traduz humoristicamente: — Cinco centavos ficam lá, — alusão à notória falta da moeda referida.

Tão numismática esta Lisboa, disse, e de facto, porque nas suas revistas de ano, tão afamadas na nossa Mocidade — «O 31» — e o — «O' da Guarda» — se referia em verso, por sinal, de um consócio nosso ilustre e prestimoso — Pereira Coelho; aos então modernos centavos e ao «guines», o petiz de esmola, os cinco réis então votados ao ostracismo, junto com o velho arco de Santo André, então demolido, e também nas referidas coplas cantado.

Citarei por último uma cédula editada pela Misericórdia de Lisboa, no valor de cinco centavos.

Mas, há muito passou já a meia hora consagrada e vamos terminar.

Palestrando em família, conversámos, relembrando a vida da nossa terra, no capítulo que nos serviu de tema, parece-me, que até sem em demasia, embora não lhe fugindo, entramos na história íntima, posto que erudita, dos nossos antepassados ou coevos, de que, creio, se tem abusado ultimamente na literatura olisiponense.

Embora seja notório, que V. Ex.^{aa} nada de bom ou de novo ouviriam e pouco, se algo foi, vos poude entreter êste serão, não se dirá que não falamos de arte e de pecúnia.

E, se à primeira chamam divina, e é, embora nestes malfadados tempos, só às vezes Graças a Deus; e à segunda seja uso chamar vil, o que é certo é que, até só no dinheiro falar, dá gosto.

Que mo perdõem, os que não inferiram, que da riqueza do título, poderia advir, a possível — que foi certa — pobreza dos conceitos e dizeres do dizedor.

Mas, se não consegui interessar-vos em assunto tão interessante, e, base de tantos interesses, ao menos certamente fiz, com que sem quererem V. Ex.^{aa} falem à saída, nos vossos comentários de ocasião linguagem numismática, embora figurada, dizendo, com justiça, uns aos outros, e eu convosco — afinal a palestra não valeu um «pataco».

Disse.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- 1) *Aragão — Augusto C. Teixeira de* — Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal. — L.^a 1875-1880.
- 2) *Castilho — J.* — Lisboa Antiga — 2 ed. — L.^a 1935-38.
- 3) *Cordeiro de Sousa.* — Revista de Arqueologia — vol. II — L.^a 1934.
- 4) *Gomes de Brito.* — Ruas de Lisboa. — L.^a 1935.
- 5) *Lamas — Arthur.* — Medalhas Portuguesas e Estrangeiras referentes a Portugal. — L.^a 1916.
- 6) *Leite de Vasconcelos — J.* — Da Numismática em Portugal. — L.^a 1923.
- 7) *Lopes Fernandes — Manoel B.* — a) Memória das Moedas Correntes em Portugal. — L.^a 1857. — b) Memória das Medalhas e Condecorações Portuguesas, etc. — L.^a 1865.
- 8) *Matos Sequeira — G.* — O Carmo e a Trindade. — L.^a 1938-41.
- 9) *Neves — Dr. Eduardo.* — a) As Ruínas do Carmo. — L.^a 1938. — b) A Faculdade de Medicina de Lisboa. — L.^a 1939.
- 10) *Pereira Coelho — Alberto Barbosa e Luiz Aquino.* — Coplas da Revista «O 31». — L.^a 1913.
- 11) *Alberto Barbosa e Luiz Aquino.* — Coplas da Revista «O' da Guarda». — L.^a 1907.
- 12) *Proença — Raul.* — Guia de Portugal. — vol. I — L.^a 1924.
- 13) *Roque Francisco.* — Verdadeiro Resumo do Valor do Ouro e Prata. — L.^a 1757.

Velhas Casas de Lisboa

I

A Casa onde nasceu o Beato João de Brito

PELO DR. FREDERICO GAVAZZO PERRY VIDAL

(Continuado no n.º 19, págs. 190)

dos foros atrasados pelo dito restante como tudo constava dos Autos / (fls. 12, v.) como tudo constava dos Autos de que era escrivão francisfuo de oliveira e pagando tambem sisa a sua maguestade, tirara carta de arematção e a pasuara pella chancelaria e tomara pose das ditas casas que lhe forão arematadas por foreiras em vidas ao dito morgado na dita quoantia de sinquo mil reis cada anno em resão da dita noteficção e certidão e por quoanto a elle Doutor Duarte Alves se não mostrava outro titullo nem sabia se o dito Manoel franquo era segunda se terceira vida e somente pela dita certidão das partilhas se relatava que era segunda vida nellas e as ditas casas estavam muito daneficadas e para se conservarem aviam mister de muitos repairos e grande despesa o Doutor Gonsallo de Souza que nellas tinha feito muitas bemfeitorias e se avião de fazer / (fls. 23) e se avião de fazer as mais que conviesse e o dito Doutor Duarte Alves avia nellas de gastar muito dinheiro e para o poder fazer com mais conveniensa sua e do dito morgado a quem o foro pertencia convieram que se lhes fisesse renovasam na maneira seguinte a saber que supondo serem as ditas casas foreiras ao dito morgado como se relatava na mesma certidão de maneira que por esta escretura se não tomasse nova obrigação se a não avia e elle Doutor Duarte Alves que pella arematção sobredera na mesma vida que o dito Manoel franquo ora renunsiaria a dita vida e não queria usar della com declaração que elle Jorge do Rego Pereira lhe fisesse renovação das ditas casas em primei / (fls. 24, v.). Das ditas casas em primeira vida na pesoa delle Duarte Alves e por elle Jorge do Rego foi dito que tendo considerasam ao referido e ao quoanto converia que as ditas casas se conservasem sempre melhoradas e que o dito Duarte Alves Doutor sendolhes renovadas as repararia de tudo o que ouvesem mister e gastaria logo de presente o dinheiro que fose nesesario por tanto dise que por este publico Instrumento renovava o emprasamento das ditas casas na pesoa dele Duarte Alves pera que elle desde logo fiquase sendo a primeira vida e pudese nomear a segunda athe hora de sua morte e a segunda pudese nomear a

treseira na mesma forma com declarasam que elle / (fls. 24) Com declarasão que elle Doutor Duarte Alves ou as pesoas que depois forem vidas nas ditas casas pagariam a este Jorge do Rego pereira ou a quoaquier susesores do dito morgado os ditos sinquo mil reis de foro em cada hum anno os quoaies se venseram e se pagaram em huma só paga no fim de Dezembro de cada anno que vem a ser no principio de janeiro seguinte depois de vensidas e a primeira comesara a correr por dia de janeiro de seis centos e quorenta e quatro e fenecera no fim de dezenbro do dito anno pera se pagar no prencipio de janeiro de seiscentos e corenta e sinquo, e as mais se hiram continuando a este respeito e a paga que se acaba de venser emfim de desembro de seiscentos / (fls. 24, v.). De seiscentos corenta e tres com as mais pensois atrasadas que se estavam deuedo a elle Jorge do Rego as avia de cobrar de dinheiro que restou de prego das ditas casas que o dito Doutor Duarte Alves de Abreu depositou pera ese efeito no deposito desta Cidade com mais declaração que deixando de se pagar o dito foro tres annos continuados por culpa dos possuidores quairam homisso e perderam as casas pera elle Jorge do Rego ou pera quoaquier outros subsesores do seu morgado e querendo vender as ditas casas o não pudera fazer sem licensa delle Jorge do Rego ou de seus subsesores e querendoas tanto pello tanto o poderem fazer e não as querendo se lhe pagera de laudemio a corentena de preso e as não — em pesoas / (fls. 25) em pesoas defesas em dereitto e que esta renovasão lhe fasia na dita forma por as ditas casas averem mister reparadas como dito fica e por elle dito Doutor Duarte Alves de Abreu foi dito que aseita esta renovasam com as condisois e clasullas referidas e se obriga a comprillas na forma e maneira que nesta escretura se contem e por elle Jorge do Rego pereira foi dito qu se obriga de lhe faser boas as ditas casas delle dito doutor Duarte Alves de Abreu e de lhe cuidar e defender de todas as pesoas que nellas e en sua posesam algumas dudivas ou embargos lhe ponham que a todo se dara por Autor e defensor e pera tudo a- / (fls. 25, v.) Defensor e pera tudo assim comprirem ellas partes disseram que obrigavam todos seus bens avidos e por aver e outorgaram de responder na validade por tudo aqui conteudo perante os corregedores da Corte corregedores e juises do sivel della e onde e perante quem este instrumento for apresentado pera o que disseram que renunciavão juises de seu foro e todos os mais privileguios que por si e en seu favor alegar posam que de — salvo tudo comprirem pelo modo que dito he e en testemunho de verdade assim o outorgarã e mandarão fazer este Instrumento nesta notta e della dar os tresladados nesarios que pedirão e aseitarão e eu tabalião o aseito em nome de quem toquar absente como pessoa pu- / (fls. 26) Como pessoa publica estipulante e aseitante testemunhas que foram presentes João Vas themudo e Manoel da Silva criados delle dito Doutor e moradores em sua casa e todos conhecemos a elles partes sam as proprias aqui conteudos que na notta asinaram com as testemunhas João Travasos de Abreu tabalião o escrevi Duarte Alves de Abreu, Jorge do Rego Pereira João Vaz themudo Manoel da Silva — E depois disto Aos vinte e seis dias do dito mês e anno conteudo na escretura de renovasão, atras na dita Cidade de Lisboa junto a nosa Senhora do Paraiso nas casas da morada de João Pereira estando ahi presente dona Barbara Pereira molher de Jorge do Rego pereira conteudos na dita escre- / (fls. 26, v.). Conteudo na dita escretura a quoa eu tabalião perante as testemunhas aodiente nomeadas, ly e declarey toda a dita escretura de renovasam do praso das casas nella conteudas e depois de por mim lida e ela a ter entendida dise que aprova e ratifiqua outorgua e consente nella pera que se cumpra, e surta seu real efeito asim e da maneira que esta continuada com o dito seu provido e se somete e sogueita a todas suas clausullas condisois e renunciassois conteudas na dita escretura as quoaies aqui ha por expeseficadas e como se dellas aqui se tornara a faser expressa e declaradamente e pera todo asim comprir dise que o- / (fls. 27). Dise que obrigava e de feito obrigou seus beins moveis e de raiz avidos e por aver e o melhor — delles e em fee e testemunho de verdade asim o outorgou e

mandou faser este termo nesta notta pera andar junto a dita escretura e seus treslados que pediu e asinou e eu tabolião o aseito em nome de quem toquar absente como pesoa publica estepulante e aseitante testemunhas que foram presentes João Barreto filho do dito João Pereira e morador en sua casa e francisfuo Barreto outrosim seu filho e Simão Gonsalves moradores nas ditas casas que todos diserão ser ella outorgante a propria aqui conteuda pella quoaal por diser que não / (fls. 27, v.) A quoaalquer por diser que não sabia escrever asinou a seu rogo o dito João Barreto e as mais testemunhas asinarão na notta e este se outorgou aos vinte e nove dias do dito mes e anno atras escrito testemunhas os ditos e eu João Travasos de Abreu tabalião o escrevi asino a rogo do outorgante João Barreto Pereira // Francisco Barreto Pereira // Simão Gonsalves; e eu o dito João Travasos de Abreu tabalião publico de notas por sua Maguestade nesta cidade de Lisboa e seu termo este Instrumento ao meu livro de notas tomei e delle o tresladey de minha letra latina a quem me reporto consertei e sobrescrevy e asinei meu publico sinal // pagou desta nota e destreboisão setesentos Reis // em testemunho de verdade / (fls. 28). Em testemunho de verdade // João Travasos de Abreu //

Emsarramento

E eu Miguel Tavares de Moraes tabolião de nottas por sua Alteza na cidade de lisboa e seu termo que o fiz tresladar consertei e sobrescrevi e asiney de meu publico sinal e me foi presentado por Manoel de Oliveira Prati e de como a recebeo asinou aqui e vai Consertado como Official abaixo asinado em Lisboa a desasseis de janeiro de seiscentos e oitenta e três: lugar do sinal publico; consertado por mim tabelião // Miguel Tavares de Moraes // Concerta do Manuel Machado // Manoel de Oliveira prati e não se contem mais em as ditas escreturas as quoaais en todo e por todo me reporto e aos mesmos Autos e por tudo ser verdade e esta me ser / (fls. 28, v.) Esta me ser requerida por parte de Pedro Vaz Soares e me ser mandado pasar em Audiencia dos Agravos lha fis passar que a sobrescrevi e asiney nesta cidade de Lisboa Lx. 9 de Fevereiro de 199. Aos nove dias do mes de fevereiro de mil seiscentos e noventa e nove annos pagou desta mil e sento e vinte reis e de Busqua dos Autos sento e oitenta reis e eu Domingos Luis de Oliveira a sobrescrevi e asinei.

a) *D.^o Luis de Oliveira.*

2.^o Série de Documentos

(Fls. 1). Escritura das Casas do Postigo de Santo André foreiras em 6666 em 23 de Dezembro de 1785.

Em nome de Deos Amen Saibão quantos este instrumento de venda quitação e obrigação virem que no anno do Nassimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos oitenta e cinco em vinte e três dias do mes de Dezembro na Cidade de Lisboa as Escolas Geraes, e Cazas de morada de Joze dos Santos Rodrigues, Cavalleiro Profeço na Ordem de Christo Onde Eu Tabalião vim, ahy se achavão presentes partes a saber de huma Frey Miguel da Lus Relegioso de Nossa Senhora da Graça, em nome e como Procurador bastante do Reverendo Padre, Pregador Geral Frey Joze Bruchado Relegioso da (Fls. 1, v.) mesma Ordem assistentes Ambos no seu Convento / Convento da Graça como o fes certe por virtude da Procuração que me prezentou, a qual para constar nos treslados que desta se derem se tresladara, e de Outra Manoel Antonio Coitinho com loje de merecearia no Campo de Santa Ana e ahy mesmo morador: Por elle Reverendo Padre Frey Miguel da Lus foi dito a mim Tabalião em prezença das testemunhas aodiante nomiadadas, que o Reverendo seu Constituinte he Senhor do Duminio util de hum Prazo que consta de huma propriedade de Cazas sitas ao pustigo de Santo Andre fureiras ao

Preclarissimo (fls. 2) Preclarissimo Pedro Vas Soarris do Rego Castelo Branco a quem se paga de foro em cada hum anno seis mil e seiscentos e secenta reis em cada hum anno por dia de Natal, o Laudemio de coretena no Cazo das Vendas, e nelle hera o Reverendo seu Constituinte primeira Vida por virtude da Escritura de Reconhesimento que do mesmo praso fes, a qual inteiramente se refere, e igualmente lhe pertence por virtude da sentença que se lhes passou nos Juizos da Enconfidencia, e he pasada em nome da Fidelissima Raynha Nossa Senhora que Deos Goarde, assignada pello Dezebargador (Fls. 2, v.) Luiz Ribeiro Godinho sobscrita pelo Escrivão Francisco Xavier Morato Borroa, que o fes extrair do proceço em doze de Mayo de mil e sete centos oitenta e sinco e pasou pella Xanselaria em treze do dito mes e anno; e como do mesmo Prazo se achava de mança, e pasifica Posse fizera o mesmo Reverendo seu Constituinte Petição ao Reverendo Padre Mestre seu Prelado para que lhe facultage licenca, para se poder solebrar a presente Escritura e sendo por ele visto, seu requerimento lhe facultou a Licen (fls. 3) Licença pertendida, a qual para constar do mesmo modo hira cupiada por bem do que lhe havia o mesmo seu Reverendo Constituinte ajustado e Contratado com elle Dito Manoel Antonio Coitinho para efecto de lhe vender o dominio util do mesmo Prazo, e histo pelo preço e quantia entre elles ajustado de Dois Contos, sento, e sincoenta mil reis Livres para elle Reverendissimo vendedor, a qual quantia elle comprador neste acto em minha presença e das ditas Testemunhas entregou a elle Reverendo Padre Frey Miguel da Luz, e histo em bom dinheiro co- (fls. 3, v.) Dinheiro corente neste Reyno que contou e pelo achar certa a Recebeu e embolcou para o Reverendo seu Constituinte, de cujo recebimento Eu Tabalião dou feê, em virtude do qual Recebimento diçe que no nome que reprezenta dava plena e Geral quitação a ele Comprador, e a todos seos bens fazenda, e herdeiros, quitação dos ditos Dois Contos Sento e Sincoenta mil reis do preco desta venda para nunca mais em tempo algum lhe ser tornada a pedir por motivo qualquer que seja / (fl. 4) Que seja sob pena de lhe tornar tudo com as Custas em dobra na forma da Ley com quem pede o que já em sy tem, e que tira, demite e renuncia e aparta do dito seu Constituinte todo o Direito e acção pertença e posse que no dito Prazo tem, e posa ter de presente, e de futuro, e opoem sedo (?) transfere, e traspaga nelle comprador com o dito emcargos de foro, o qual podera das ditas casas Cazas e suas pertencas tomar poçe Real, actual Cível e natural poceção; Com declaração porem que a elle o Reverendo vendedor fica pertencendo o Rendimento das ditas / (fls. 4, v.) Cazas que se hade vender para o Natal do presente Anno, e do prodiente podera elle comprador haver o Rendimento do dito Prazo como Couza Sua propria que por esta lhe fica pertencendo e quer ele comprador tome, ou não a dita propriedade desde ja lha ha por dada e comprada, per esa rasão Constituhe, e promete e lhe obriga elle Reverendo Procurador, todos os bens do Reverendo Seu Constituinte a sempre e em todo o tempo lhe fazer esta venda boa certa segura e depois, que lhe Livrarão de quem duvidas lhe ponha de tal forma, que ele Com- (fl. 5) prador, e seos herdeiros tudo haia Logre, e pessua manca e pasificamente sem contradicção de pessoa alguma. E por elle comprador foi dito que aseita esta escritura na forma della e se obriga pagar o foro do mesmo Prazo a seos tempos devidos e costumados, e me presentou a Certidão de Ciza do theor e forma seguinte: Por adeministração Regia os Officiaes da Raynha Nossa Senhora da Caza da Ciza nas Herdades fazemos saber aos que a presente Certidão virem que a folhas sento e trinta e seis do Livro em que se lanção as Cizas dos / (fl. 5, v.) bens de rais no anno de mil sete centos oitenta e sinco se acha lancada a verba do theor e forma seguinte: Manuel Antonio Coitinho em vinte e dois de Dezembro de mil e setecentos oitenta e sinco Dice compra ao Reverendo Padre Frey José Bruchado Religioso do Convento da Graça com licenca do seu Prelado vende huma propriedade de Cazas Citas ao Postigo de Santo André, e da dita freguezia desta Cidade, por preço de Dous Contos, sento sincoenta mil reis, e pagou de meia Ciza, sento e se / (fls. 6) te mil,

e quinhentos reis e a outra meia a livrou, o Reverendo vendedor pelo seu Privilegio: Não dizia mais o dito asento a que nos reportamos, e Eu Miguel de Souza de Abreu e Oliveira sobrescrevy e assignei = Miguel de Souza de Abreu e Oliveira = Agostinho Tavares de Vasconcellos e Tresladada a Consertei com a propria a que me reporto e Em testemunho de verdade assim o outrogarão pedirão e aseitarão e forão Testemunhas presentes, o dito Joze dos Santos Rodrigues e Manoel Fernandes Magalhaens com Loge de mercearia em / (fl. 6, v.) a Calsada de Santo Andre e aly mesmo morador que com elas partes assignarão na notta Antonio Joaquim de Queiroz Tabalião o Escrevy = Frey Miguel da Lus = Manoel Antonio Coitinho = José dos Santos Rodrigues = Manoel Fernandes Magalhaens = o Treslado da Procuração, e Licença he o seguinte = Frey Joze Bruchado, definidor, e Pregador Geral da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho assistente neste Convento de Nossa Senhora da Graça desta Corte Faco meu bastante Procurador / (fls. 7) ao padre Fre Miguel da Lus Procorador dos Foros e Capelas, e mais dependências dêste Convento, para que por mim como se prezente fosse possa assignar huma Escritura de venda do meu Prazo de Cazas ao postigo de Santo Andre com todas as suas pertenças e cujas tenho ajustado com o Senhor Manoel Antonio Coitinho pela quantia de dois Contos sento e sincoenta mil reis, e podera o dito Procorador na factura da dita Escritura receber a dita quantia estipulada passar recibo ou quitação e tudo mais que por ês / (fl. 7, v.) te for declarado, com a declaração, os rendimentos vencidos athe ao Natal do prezente anno ouve pretencerem do ano de mil e sete centos oitenta e sinco e o poder cobrar e o comprador pagar o foro que se hade vencer no sobredito natal de mil e sete centos oitenta e sinco para o que lhe comsedo todos os poderes que em direito me são concedidos Graça Lisboa Vinte e hum de Dezembro de mil e sete centos oitenta e sinco = o definidor e Pregador Ge / (fl. 8) ral Frey Joze Bruchado = concedo licença Licença para se uzar desta Procuração Graça de Lisbôa vinte e hum de Dezembro de mil e sete centos e oitenta e cinco = Silveira Prior = Muito Reverendo Padre Prior = diz o Definidor e Pregador Geral Frey Joze Bruchado assistente neste Convento de Nossa Senhora da Graça desta Corte que ele he Senhor, e pesuhidor com Licença de seos Prelados de hum Prazo de Cazas ao postigo de Santo Andre com as quais coreu letigio / (fl. 8 v.) pela inconfidencia no noviçiado de Arroios de que foi escrivão Francisco Xavier Morato Borroa que julgarão a favor do suplicante e por que as não pode reter na forma da Ley sem expecial Graça de Sua Maguestade as tem ajustado a Vendelas Manoel Antonio Coitinho pella quantia de Dous Contos sento sincoenta mil reis cobrando o suplicante hinda o rendimento dellas athe ao Na / (fls. 9) tal do prezente anno de mil e sete centos oitenta e sinco, e porque afim de selebrar a dita Venda o não pode fazer sem licença de Vossa Patrindade = Pedo a Vossa Patrindade lhe faça mereçe conceder a licença para autenticar a dita Venda e recebera mereç Concedo licença pedida Graça de Lisboa Vinte e hum de Dezembro de mil e sete centos oitenta e sinco = Silveira Prior = E treslado os / (fls. 9, v.) com sertei com os proprios a que me reporto Antonio Joaquim de Queiroz Tabalião o Escrevi = consertados por mim Tabalião Antonio Joaquim de Queiroz e Eu sobre-dito Antonio Joaquim de Queiroz Tabalião que a Escrivy sobrescrevy e assigney em p.co e he de meu Livro de notas a que me reporto. Em teste.º de verdade a) Ant.º Joaqm de qoz.

(Fls. 10 em branco)

(Fls. 10, v.). Copia da Escritura das Cazas ao postigo de St.º Andre ã pagão de foro em cada hu anno a qta de 6\$666.

Morgado do Rego. Copias de huma Sentença e Dous Acordaons pertencentes ao Morgado dos Regos

(Continua)

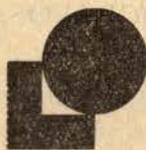
ÍNDICE DO 5.º VOLUME — 1942

A PONTE DE ALCANTARA, pelo ENG. A. VIEIRA DA SILVA	Pág. 63
A 1.ª «RUA DA IMPRENSA» QUE HOUE EM LISBOA, por LUIZ PASTOR DE MACEDO	» 7
A VISITA AO INSTITUTO PORTUGUÊS DE ONCOLOGIA, por ÁLVARO PEREIRA DE LACERDA	» 10
ACCÃO CULTURAL DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA», durante 1941	» 58
AGUARELAS DE LISBOA, por JOSÉ DIAS SHANCES, págs. 15 e.	» 116
ALGUNS ASPECTOS DE LISBOA MANUELINA, pelo PROF. FRANCISCO CANCIO	» 148
ARQUIVO GERAL DA CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA, por D. FERNANDO PAIS DE ALMEIDA DA SILVA págs. 104, 163 e.	» 231
DO MOSTEIRO DA MADRE DE DEUS, EM XABREGAS, E DE SUA EXCELSA FUNDADORA, por MARIO DE SAMPAYO RIBEIRO	» 221
FRANCISCO LATOUCHE EM LISBOA, por HENRIQUE MARQUES	» 141
GAZETAS, GAZETEIROS E GAZETOGRAFOS, pelo DR. ALFREDO DA CUNHA	» 3
LISBOA DOS LÍRICOS PREGÕES, por GUILHERME FIGUIREDO.	» 135
LISBOA NA NUMISMÁTICA E NA MEDALHISTICA, pelo DR. EDUARDO AUGUSTO DA SILVA NEVES	» 239

LISBOA VISTA PELOS ESTRANGEIROS	»	52
O PANTEON DOS CONDES DE LINHARES, EM S. BENTO DE XABREGAS, por J. M. CORDEIRO DE SOUSA	»	96
OS PAÇOS DOS DUQUES DE BRAGANÇA, EM LIS- BOA, pelo ENG. A. VIEIRA DA SILVA	»	193
OS PETISCOS DE LISBOA E O CARNAVAL, por EDUARDO FERNANDES (ESCLÁPIO)	»	31
PALAVRAS DITAS NA BIBLIOTECA DA ASSEM- BLEIA NACIONAL, AOS «AMIGOS DE LISBOA», DURANTE A VISITA AO PALÁCIO DE S. BENTO, por COSTA BROCHADO	»	134
PARA A HISTÓRIA DO PALÁCIO DE S. BENTO, por JOAQUIM LEITÃO	»	143
UMA VISTA POUCO CONHECIDA DO ROSSIO, por DURVAL PIRES DE LIMA	»	143
VELHAS CASAS DE LISBOA (Continuação) pelo DR. FREDERICO GAVAZZO PERRY VIDAL, págs. 22, 109, 186 e	»	250

Pianos novos e usados

DE CAUDA E VERTICAIS



ESTABELECIMENTOS :
VALENTIM
DE CARVALHO
97, R. N. do Almada, 99



BERLIM

A

ALEMANHA FALA!

ACTUALIDADES EM LINGUA PORTUGUESA

Horas		Estações	Ondas Curtas
11,45	Noticiário	DZE	24,73 m. 12.130 kc/s
12 às 13,30	«Hora Portuguesa»	DZE	24,73 » 12.130 kc/s
13,45	Noticiário	{ DXR	25,51 » 11.760 kc/s
		{ DJC	49,83 » 6.020 kc/s
20,30	Noticiário	{ DJQ	19,63 » 15.280 kc/s
		{ DZE	24,73 » 12.130 kc/s
21,30	Noticiário e Tema do dia ...	{ DJQ	19,63 » 15.280 kc/s
		{ DZE	24,73 » 12.130 kc/s
22,30	Noticiário	{ DJQ	19,63 » 15.280 kc/s
		{ DXZ	31,35 » 9.570 kc/s
		{ DZE	24,73 » 12.130 kc/s
		{ DZC	29,16 » 10.290 kc/s
23,45	Noticiário	{ DXU 15	19,71 » 15.220 kc/s
		{ DXM	41,27 » 7.270 kc/s

Casa Africana

Rua Augusta, 161 / Telef. 24264-65 PBX ● R. Sá da Bandeira, 166 / Telef. 1361 PBX
LISBOA PORTO

Secções de Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes. Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças. Sedas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Cintas e Soutiens. Decorador, Estofador, Peles confeccionadas e a retalho. Retrozaria, Luvaria, Perfumaria e todos os artigos para HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS

PREÇOS FIXOS E MARCADOS EM TODOS OS ARTIGOS

ON PARLE FRANÇAIS

ENGLISH SPOKEN

C O S T A ESTORIL D O S O L

A MAIS ELEGANTE PRAIA DO PAÍS

A 24 quilóm. de Lisboa. Excelente estrada marginal. Rápido serviço de comboios eléctricos.

Todos os desportos :

Estoril — Palacio — Hotel :

Hotel Parque :

Hotel Itália (Monte Etoril):

Estoril — Termas :

Golf (18 buracos), Tenis, Natação, Hipismo, Esgrima, tiro, etc.

Moderno, elegante — magnífica situação

Todo o conforto — Anexo às Termas

Excelente cozinha — Preços moderados

Estabelecimento Hidro-Mineral e Fisioterápico.

Aberto todo o ano.

Tratamento do reumatismo, gôta, doenças das senhoras e da circulação. Linfatismo e escrofulose. Obesidade.

Magníficas esplanadas sobre o mar.

Serviço de Bar.

Tamariz :

PISCINA DE ÁGUA TÉPIDA — SALA DE ARMAS — ESCOLA DE EQUITAÇÃO

SALA DE TIRO — PARQUE INFANTIL

Casino :

Aberto todo o ano.

Cinema — Concertos — «Dancing».

Restaurante — Bars

Jogos autorizados pelo Governo.

Para informações detalhadas dirigir-se à Soc. Propaganda da Costa do Sol — Estoril